



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO E CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

MICHELLE SAMUEL DA SILVA

A METODOLOGIA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS NA
DESCRIÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS: um estudo do arquivo de José
Veríssimo Dias de Matos.

Rio de janeiro

2018

MICHELLE SAMUEL DA SILVA

A METODOLOGIA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS NA
DESCRIÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS: um estudo do arquivo de José
Veríssimo Dias de Matos.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Arquivologia, como requisito parcial
para obtenção do Grau de Bacharel em
Arquivologia.

Orientadora: Profa. Me. Patrícia Ladeira Penna
Macêdo.

Rio de Janeiro

2018

Silva, Michelle Samuel da.

S A metodologia da Academia Brasileira de Letras na descrição de arquivos pessoais: um estudo do arquivo de José Veríssimo Dias Matos. / Michelle Samuel da Silva. - - Rio de Janeiro, 2018. 58 f.

Orientadora: Patrícia Ladeira Penna Macêdo.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Graduação em Arquivologia, 2018.

1. Descrição Arquivística. 2. José Veríssimo. 3.
Academia Brasileira de letras. I. Ladeira Penna
Macêdo, Patrícia, orient. II. Título.

MICHELLE SAMUEL DA SILVA

A METODOLOGIA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS NA
DESCRIÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS: um estudo do arquivo de José
Veríssimo Dias de Matos.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Arquivologia, como requisito parcial
para obtenção do Grau de Bacharel em
Arquivologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Me. Patrícia Ladeira Penna Macêdo

Prof. Me. Bruno Ferreira Leite

Prof. Dr. Eliezer Pires Silva

Rio de Janeiro

2018

AGRADECIMENTOS

Chego ao final de mais uma etapa. Foram muitas lutas, cansaço, desânimo, mas também de muita experiência e aprendizado.

Em todos os meus desafios, algumas pessoas estiveram presentes e de alguma forma contribuíram para que essa etapa fosse concluída, e claro preciso deixar registrado a minha gratidão pela vida dessas pessoas.

Meu eterno agradecimento e amor aos meus pais, pela parceria e dedicação de sempre.

Meu agradecimento a minha orientadora, Patrícia Ladeira Penna Macêdo, pelas sugestões, compreensão e críticas, pois elas foram fundamentais para a elaboração e conclusão desse trabalho. Agradeço ao professor Flávio Leal que me recebeu com grande carisma, me orientando sobre o curso.

Agradeço à Academia Brasileira de Letras pela experiência profissional realizada, pois ela me inspirou na elaboração desse trabalho. Agradeço em especial as arquivistas Juliana de Souza Amorim e Maria de Oliveira pelas dicas, material e orientações quanto ao arquivo do José Verissimo, pois sem essas sugestões e concessão do material o trabalho ficaria incompleto.

Aos amigos que tive a oportunidade de conhecer e trocar experiências ao longo desses quatro anos e que hoje fazem parte da minha história, são eles: Bruno Moraes, Railane Sant Ana, Angélica do Carmo Coitinho, Evilyn Merlo e as “Arqpoderosas” Cátia Soares, Patrícia Rinaldi, Lídia Costa, muito obrigada.

“Precisamente porque a morte se define como domínio do esquecimento, aquele que Hades guarda a memória transcende a condição mortal.”

Jean Pierre Vernant

RESUMO

SILVA, Michelle Samuel da. **A metodologia da Academia Brasileira de Letras na descrição de arquivos pessoais**: um estudo do arquivo de José Veríssimo Dias de Matos. 2018. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O presente trabalho visa analisar a metodologia utilizada pela Academia Brasileira de Letras no que tange a descrição arquivística dos arquivos pessoais. Pretende-se utilizar como estudo de caso o arquivo de um dos fundadores da instituição, José Veríssimo Dias de Matos, pois este participou intensamente das atividades política, social e cultural da ABL. Através da sua produção intelectual, podemos identificar seu engajamento no movimento de renovação do sistema educacional que se desenvolveu no final do século XIX e início do século XX no Brasil. Por meio desse trabalho, objetivamos analisar o processo de descrição arquivística do arquivo de José Veríssimo Dias de Matos, identificar o impacto dessa metodologia na organização dos documentos pessoais sob a guarda da instituição, e perceber a contribuição da descrição arquivística para a elaboração dos instrumentos de pesquisas da instituição.

Palavras-Chave: Descrição arquivística. José Veríssimo. Academia Brasileira de Letras.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. O ARQUIVO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS: DA IMPLANTAÇÃO AO PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO.	14
2.1 – A Academia Brasileira de Letras.....	14
2.2 – O arquivo Mucio Leão e o setor de Arquivo da Academia Brasileira de Letras.	18
2.3 – A reorganização e revitalização do arquivo da Academia Brasileira de Letras.	24
3. JOSÉ VERÍSSIMO DIAS MATOS E SUA ATUAÇÃO NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS.	28
3.1 – José Veríssimo Dias de Matos: a biografia de um intelectual.....	28
3.2 – José Veríssimo Dias de Matos e a Academia Brasileira de Letras.	32
3.3 – A coleção do arquivo José Veríssimo Dias de Matos.	36
4. A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA EM ARQUIVOS PESSOAIS	39
4.1 – A descrição arquivística: uma análise conceitual.....	39
4.2 – A descrição arquivística na Academia Brasileira de Letras	43
4.3 – O arquivo José Veríssimo Dias Matos – o processo de descrição.	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	54
ANEXO	58

1. INTRODUÇÃO

A proposta de trabalho visa analisar a metodologia utilizada pela Academia Brasileira de Letras no que tange a descrição arquivística dos arquivos pessoais. No contexto de reestruturação do Arquivo da ABL em 1997 a aplicação metodológica na descrição dos arquivos pessoais, deu-se através da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G) – pois nesse período não havia sido elaborada a NOBRADE. Nesse sentido, faremos a análise da aplicação da Norma de Descrição Arquivística a partir da criação da NOBRADE em 2006, para identificar sua aplicabilidade na descrição arquivística dos Arquivos pessoais da ABL.

Pretende-se utilizar como estudo de caso o arquivo do fundador da instituição José Veríssimo Dias de Matos, pois este participou intensamente da vida cultural, política e intelectual do país. Através da sua produção intelectual, podemos identificar seu engajamento no movimento de renovação do sistema educacional que se desenvolveu no final do século XIX e início do século XX no Brasil, além de ter atuado e participado do movimento de criação da Academia Brasileira de Letras e tornando-se um dos fundadores. Através do nosso trabalho, objetivamos analisar o processo de descrição arquivística do arquivo de José Veríssimo e identificar o impacto dessa metodologia na organização dos documentos pessoais sob a guarda da instituição, e perceber a contribuição da descrição arquivística para os instrumentos de pesquisas da instituição.

Habitualmente, os arquivos pessoais – documentos que foram produzidos por pessoas e acumulados ao longo de suas vidas – têm enfrentado um tratamento diferenciado daquele que concedemos aos arquivos institucionais. De acordo com Ana Maria Camargo, dois aspectos precisam ser considerados: em primeiro lugar, só conservamos documentos de pessoas que tiveram alguma expressão ou algum destaque no mundo da política, da ciência, da arte, da filosofia ou da literatura, por isso, era comum que esses documentos fossem recolhidos pelas bibliotecas. (CAMARGO, 2008, p. 5)

Os arquivos pessoais, também tiveram acolhimentos por parte de outras instituições, como por exemplo, os centros de documentação e pesquisa, onde

frequentemente são submetidos a uma abordagem da biblioteconomia. Para Ana Maria Camargo, é necessário levar em consideração que cada unidade de descrição, na biblioteca, possui autonomia de significado, ou seja, o “livro é um todo articulado, completo, fechado em si mesmo, e que não depende das circunstâncias em que foi produzido. Não mantêm relações orgânicas, com os demais volumes do acervo” (CAMARGO, 2008, p. 5-6).

Apesar disso, sempre que for possível recompor a trajetória do titular a partir dos documentos por ele acumulados, estamos diante de um arquivo que, à semelhança dos que resultam do funcionamento de instituições, é munido de organicidade. E a capacidade reflexiva que reconhecemos em tais conjuntos documentais, permitindo conhecer as atividades que lhes deram origem, é base do principal atributo dos arquivos – a autenticidade que independe de formalidades e sinais de validação. (CAMARGO, 2008, p. 7). A seguir destacaremos a abordagem das discussões bibliográficas sobre a produção arquivística em torno dos arquivos pessoais.

Conforme mencionado anteriormente, os arquivos pessoais por muito tempo não foram foco das discussões arquivísticas, sendo relegados ao segundo plano. A sua importância deu-se no contexto da Segunda Guerra Mundial. A historiadora Ângela de Castro Gomes analisa em seu artigo que até recentemente, inclusive em âmbito internacional só se atribuía o estatuto de arquivo “a um conjunto de documentos de natureza pública, que tivessem sido produzidos e acumulados por instituições públicas”. Na maioria das vezes a documentação pessoal, ou não era reconhecida como um arquivo, ou era considerado um arquivo de “menor valor”. (GOMES, 2009, p. 22-25).

Diante disso, é necessário destacar que os arquivos pessoais e familiares passaram a ser compreendidos como patrimônio a ser preservado pela sociedade, isto é, quando passaram a ser identificados e reconhecidos pelo seu valor para o estatuto histórico e como registro de memória da nação. Um aspecto que deve ser ressaltado são as diversas maneiras de expressar o conjunto de documentos que foram produzidos e acumulados por uma pessoa ou família no desempenho de suas funções ou atividades na sociedade e no decorrer de sua trajetória. Para isso, Lucia Maria Velloso de Oliveira, explica que tradicionalmente, os arquivos pessoais foram custodiados em bibliotecas e

museus, sendo em sua maioria, referidos como “coleções”, “manuscritos” ou até mesmo “papéis pessoais”. (OLIVEIRA, 2012, p.31).

Esses conceitos, na concepção da autora, traduzem de maneira menos explícita, a não compreensão desses conjuntos documentais como arquivos, ou mesmo, quando estes podem ser considerados como arquivos, que são restritos a um estereótipo de documento arquivístico – manuscrito ou papéis – que se refere à técnica ou suporte. Na literatura da área, especialmente na americana e canadense, o termo *manuscrito* refere-se aos papéis históricos ou literários dos arquivos pessoais ou de família enquanto o termo *arquivo* diz respeito ao arquivo permanente de uma organização privada ou governamental. O conceito de coleção, por sua vez, significa a reunião de maneira intencional de documentos sem a marca da produção natural e sem evidenciar a relação orgânica entre os documentos e entre as atividades que os geraram. (OLIVEIRA, 2012, p.31).

Em uma coletânea publicada em 1998, pela revista da Fundação Getúlio Vargas no dossiê obre os arquivos pessoais, Terry Cook inicia sua discussão lançando uma problemática sobre esse tema. Para ele a ideia que se estabeleceu sobre a diferença de arquivos pessoais e públicos foi muito difundida pelo pensamento arquivístico tradicional e na maior parte da literatura sobre o assunto. Os arquivos pessoais e institucionais são apresentados como acumulações orgânicas, naturais, transparentes e que os arquivistas preservam de forma imparcial, neutro e objetivo. Ao contrário, já os arquivos pessoais são apresentados como mais artificiais, antinaturais, parciais, o que se assemelha ao material de biblioteca, como as autobiografias e memórias. Sendo assim, os arquivistas que atuam com a temática de arquivos pessoais são identificados mais próximos dos bibliotecários, documentalistas e historiadores. (COOK, 1998, p.21)

Os arquivos pessoais representam uma parcela da memória coletiva, contribuem ao lado dos arquivos de origem institucional para a salvaguarda do patrimônio documental e para a compreensão das sociedades modernas. Além disso, também interessam como fontes de pesquisa e são dotados de singularidade. Não são criados com a intenção histórica ou cultural, porém são formados por homens e mulheres que no decorrer de sua trajetória adquiriram

valor testemunhal por um gesto de quem os produziu ou de quem lhes concedeu significado. (SANTOS, 2013, p. 22)

Eles foram valorizados pelos historiadores, uma vez que este tipo de acervo se diferencia pela capacidade de apresentar, em meio às ações que revelam os vínculos do indivíduo com as instituições sociais, aquelas relacionadas ao universo das relações de amizade e escolhas intelectuais. Entretanto, se por uma maneira os arquivos pessoais passaram a exercer fascínio entre os historiadores, por outro lado, constituíram um desafio para os arquivistas, pois essa documentação passou a ser abrigadas pelas instituições públicas, convivendo com os conjuntos documentais de origem institucional, e por isso houve a necessidade desses profissionais reverem suas práticas cotidianas que os auxiliassem no tratamento dessa documentação. (SANTOS, 2013, p. 23)

Em artigo, Felipe Brandi, corrobora a colocação de Paulo Roberto Elian quando discorre que o estudo e interesse pelos arquivos pessoais partiram dos historiadores. Em 1891, Charles-Victor Langlois e Henri Stein chamavam a atenção para esse tipo de acervo por ser fonte de pesquisa. Sua obra *Les Archives de l'histoire de France* foi considerada o marco da história dos arquivos privados na França e contribuiu para dissipar a desconfiança que até então predominava com relação a esses acervos diversos. Apesar da publicação dessa obra, podemos afirmar que esse tipo de material documentário do historiador foi ao longo do século objeto de uma aceitação vagarosa e de um uso reticente. (BRANDI, 2013, p. 101)

Outros pesquisadores atuais têm-se dedicado a temática sobre arquivos pessoais. Entre eles, estão os trabalhos de Lucia Maria Velloso de Oliveira e Ana Maria de Almeida Camargo. Lucia Maria de Oliveira em seu livro *Descrição e Pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais* resultado de sua tese defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade de São Paulo, analisou a tendência normatizadora da descrição arquivística e a importância desta na compreensão da descrição como uma função científica. A problemática estabelecida pela autora refere-se que a padronização tem impacto nos arquivos como um todo, independente de sua natureza. Porém nos arquivos pessoais, os conflitos tornam-se mais contundente. (OLIVEIRA, 2012, p. 15)

Ana Maria Camargo em artigo recente sobre a temática de arquivos pessoais destaca que os documentos que foram acumulados por indivíduos ao longo de sua trajetória e que nem sempre são tratados de forma coerente com a teoria arquivística, depois que ingressam em entidades de custódia. Explica que o fato de não haver, entre nós, palavra específica para designá-los e, conseqüentemente, distingui-los dos arquivos institucionais, não resultou, na prática, na adoção de procedimentos comuns, nem impôs o reconhecimento dos atributos que permitiram com que fossem identificados como conjuntos orgânicos e autênticos, marcados pelas atividades que lhes deram origens. (CAMARGO, 2009, p. 2) Diante disso, a proposta de pesquisa visa contribuir para ampliar as discussões atuais em torno da temática dos arquivos pessoais, forma esta, de refletir as práticas arquivística, dialogando com os atuais instrumentos de trabalhos.

Outras pesquisas também têm enfatizado sobre o tratamento dos arquivos pessoais. Em artigo publicado pela revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo as arquivistas Lucia Velloso de Oliveira, Patrícia Penna Macêdo e Camila Campoi Sobral abordaram sobre “Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso” destacando sobre o reconhecimento desses arquivos no contexto da intimidade e suas implicações com relação à questão do acesso, problemas que são inevitáveis para as instituições arquivísticas atuais que possuem acervos desta categoria. Destacaram a importância do desenvolvimento de políticas por parte das instituições, como uma maneira de refletirem sobre suas práticas. (OLIVEIRA; MACÊDO; SOBRAL, 2017, p. 1).

De acordo com essas considerações, o plano de desenvolvimento das partes do trabalho divide-se em três capítulos. A seguir farei uma breve abordagem do que pretendemos analisar em cada um.

No primeiro capítulo será abordado sobre a história da Academia Brasileira de Letras, destacando o papel do setor de Arquivo. No segundo capítulo a ênfase será sobre as questões relacionadas à biografia do fundador e intelectual José Veríssimo Dias Matos e sua importância para a instituição e o terceiro capítulo será analisado o processo de descrição do arquivo de José Veríssimo que se encontra sob a guarda da instituição e apresentando o processo de elaboração do instrumento de pesquisa.

2. O ARQUIVO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS: DA IMPLANTAÇÃO AO PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO.

A Academia Brasileira de Letras, ABL, é uma instituição cultural localizada na Av. Presidente Wilson, no Centro do Estado do Rio de Janeiro, funcionando desde a sua fundação, com o objetivo fundamental do cultivo da língua e da literatura nacional. Compõe-se a instituição de quarenta membros, compostos por patronos, fundadores e sócios correspondentes, de nacionalidade estrangeira. Inaugurada em 1897, em uma sala do Pedagogium, conseguiu sua sede própria em 1922, o Petit Trianon, doado pelo governo francês. Nesse capítulo, abordaremos o processo de criação da Academia Brasileira de Letras traçando o histórico da instituição e o setor de Arquivo.

Assim, de acordo com Maria de Oliveira, a ABL é uma instituição na qual está imbricada, desde sua gênese, a vocação para o culto da memória e da tradição. Seus ritos de celebração da imortalidade – a eleição, a posse, a comemoração dos aniversários de nascimento, de falecimento, de publicação das obras e de seus membros; seus símbolos: insígnias, bandeira e fardão – confirmam o desejo de seus fundadores de perpetuar a memória da instituição e de si próprios, intitulados Imortais. Esse projeto de perpetuação abre um amplo leque de discussões relativas à construção da memória, fenômeno social que pode ser estudado por distintas perspectivas. (OLIVEIRA, 2009, p. 18).

2.1 – A Academia Brasileira de Letras.

A criação da Academia Brasileira de Letras data do final século XIX. Os acadêmicos Afonso Celso Junior e Medeiros de Albuquerque manifestaram o desejo de criar uma Academia Literária Nacional, nos moldes da Academia Francesa. O êxito social e cultural da *Revista Brasileira*, sob a responsabilidade de José Veríssimo, deu a coesão a um grupo de literatos e dessa forma, pensaram na possibilidade de criar a instituição. Inaugurada em 20 de julho de 1897 e sediada no Rio de Janeiro, a ABL tem como objetivo principal o cultivo

da língua e da literatura nacional. Compõe-se a Academia Brasileira quarenta membros efetivos e perpétuos, e vinte sócios correspondentes estrangeiros. (NEVES, 1940, p.10). As primeiras notícias com relação à fundação da ABL foram divulgadas no dia 10 de novembro de 1896 pela *Gazeta de Notícias* e, no dia seguinte, pelo *Jornal do Commercio*. No dia 15 de dezembro, na primeira das sete sessões preparatórias, realizada na sala da redação da *Revista Brasileira*, Machado de Assis foi aclamado presidente da instituição. (RUTTIMANN, 2015, p. 34).

A sétima e última sessão preparatória aconteceu no dia 28 de janeiro de 1897, instituindo-se a Academia Brasileira de Letras com trinta intelectuais, que aceitaram o convite, sendo eles: Araripe Júnior, Artur Azevedo, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Sousa, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Rodrigo Otávio, Silva Ramos, Teixeira de Melo, Visconde de Taunay. Também Coelho Neto, Filinto de Almeida, José do Patrocínio, Luiz Murat e Valentim Magalhães, também presentes às sessões anteriores, e ainda Afonso Celso Júnior, Alberto de Oliveira, Alcindo Guanabara, Carlos de Laet, Garcia Redondo, Pereira da Silva, Rui Barbosa, Sílvio Romero e Urbano Duarte. Como precisavam completar o número de quarenta membros, à imagem da Academia Francesa, os trinta primeiros elegeram os dez seguintes: Aluísio Azevedo, Barão de Loreto, Clóvis Bevilacqua, Domicio da Gama, Eduardo Prado, Luís Guimarães Júnior, Magalhães de Azeredo, Oliveira Lima, Raimundo Correia e Salvador de Mendonça. Os Estatutos foram assinados por Machado de Assis, presidente; Joaquim Nabuco, secretário-geral; Rodrigo Otávio, 1º secretário; Silva Ramos, 2º secretário; e Inglês de Sousa, tesoureiro. (NEVES, 2008, p.23-24).

De acordo com Ana Maria Ruttimann, de 1897 a 1904, as sessões acadêmicas foram realizadas nos mais diversos locais, dentre eles: nas salas da *Revista Brasileira*, do Gymnasio Nacional (atual Colégio Pedro II), do Pedagogium, do Ministério do Interior e da Biblioteca Fluminense, ou seja, sem condições de possuir sede própria a ABL nos primeiros anos funcionou de forma precária. No Real Gabinete Português de Leitura, várias sessões solenes também foram realizadas. Tratava-se de uma agremiação, de uma sociedade, de um grupo de personalidades afins que reuniam o seu lado mais criativo. A

partir do dia 11 de abril de 1901, Rodrigo Octavio colocou à disposição do grupo uma sala do seu então escritório de advocacia que funcionava na Rua da Quitanda no nº 47, que recebia desde 1897 toda a correspondência da ABL. (RUTTIMANN, 2015, p. 35).

No endereço localizado na Rua da Quitanda foram eleitos os acadêmicos Afonso Arinos, Martins Júnior, Augusto de Lima, Euclides da Cunha e Sousa Bandeira. A ABL dispunha do amparo da Lei nº 726, sancionada pelo presidente Campos Sales no dia 8 de dezembro de 1900, que autorizava o governo da república a dar-lhe abrigo. Criada pelo deputado baiano Eduardo Campos com o empenho de Machado de Assis. Com isso, através dessa Lei ficava o Governo responsável a conceder permanente instalação, em prédio público de que pudesse dispor, à ABL. Vale mencionar que, mesmo com a Lei, não modificava a precária situação da instituição, que necessitava de um local definitivo para que sua instalação fosse efetivada. E os encontros continuaram, apesar de mais escassos, na Rua da Quitanda, sendo realizados nesse local por três anos. (RUTTIMANN, 2015, p. 35).

O acadêmico e diretor da Academia Brasileira, Machado de Assis, dedicava-se então a encontrar um prédio da União com instalações adequadas para a instituição, e sempre que necessário entrava em contato com políticos e ministros, pessoalmente ou através de amigos como Mário de Alencar, na época influente funcionário do Ministério do Interior e Justiça. Logo depois, Mário de Alencar consegue permissão do Governo para que a Academia Brasileira de Letras passasse a funcionar no prédio construído no Largo da Lapa, ao pé do mar e do Passeio Público, batizado pelo povo de Edifício do Cais da Lapa. Este prédio abrigou, além da ABL, o Instituto Histórico, a Academia de Medicina e o Instituto dos Advogados. Posteriormente, o Edifício do Cais da Lapa recebeu novo nome: Silogeu 36 Brasileiro. (RUTTIMANN, 2015, p. 35-36).

A ABL iniciou suas atividades no Silogeu Brasileiro em 1904. O presidente da instituição, Machado de Assis, além da concessão do prédio, conseguiu toda a mobília necessária doada pelo Ministério do Interior. A ABL aos poucos foi entrando em um ritmo próprio, definindo suas áreas de atuação e projetos, permanecendo no prédio do Silogeu até que sua transferência definitiva ocorresse para o Petit Trianon, este construído na Avenida das

Nações (atual Av. Presidente Wilson) para abrigar a representação francesa na Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, em 1922. O Petit Trianon foi doado em 1923 à ABL por decisão do governo francês. (RUTTIMANN, 2015, p. 35-36).

Em sua fase inicial, foi a amizade da geração boêmia abolicionista, que moldou a consolidação legislativa de seus estatutos e uniu a maior parte dos companheiros. Coelho Neto, Olavo Bilac, Araripe Júnior, José do Patrocínio, Murat, Valentim Magalhães, Aluísio e Artur Azevedo, Guimarães Passos, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Medeiros e Albuquerque, Pedro Rabelo e Filinto de Almeida, pertenciam a este grupo de amigos “desprendidos e joviais”. (RUTTIMANN, 2015, p. 36)

Por outro lado, Machado de Assis, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Lúcio de Mendonça, Rodrigo Octavio e Inglês de Sousa sempre se destacaram por manter o foco, a constância de propósitos e a porção de austeridade para a consolidação da instituição. Para a escolha dos patronos, também foram selecionados nomes de escassos méritos intelectuais. Enquanto na tradição da Academia francesa o patrono corresponde ao primeiro ocupante da cadeira, Joaquim Nabuco sugeriu que na ABL os fundadores escolhessem para suas cadeiras um nome ilustre como patrono. Adiantando-se no tempo, a Academia Brasileira homenageava mortos ilustres dando seus nomes às cadeiras, mostrando as raízes inspiradoras da nova agremiação. (RUTTIMANN, 2015, p. 36-37).

Inicialmente a ABL precisava de auxílio, e experimentou seu primeiro momento de independência financeira com o apoio de Francisco Alves de Oliveira (1848-1917). Este foi um conhecido livreiro e editor de obras didáticas, fundador da Livraria Alves – primeira grande editora do país – Francisco Alves deixou em testamento seu patrimônio à Academia Brasileira de Letras, com a obrigação de que fosse utilizado na distribuição de prêmios literários e pedagógicos, incentivando a propagação do ensino primário no Brasil. Autor de diversas obras didáticas como: atlas; métodos de ensino de francês, inglês, italiano e alemão; antologia de autores clássicos; manuais de composição, gramática; dicionário francês-português. Através dos bens concedidos por Francisco Alves a ABL conseguiu recursos para prosseguir com suas atividades. (RUTTIMANN, 2015, p. 38).

No que tange ao seu patrimônio documental, a ABL é formada por acervos arquivísticos e museológicos relacionados com a história da própria instituição e com a trajetória e obra dos seus quarenta patronos, fundadores e sócios correspondentes. O seu Arquivo é composto de duas linhas de acervo: o Arquivo dos Acadêmicos, com a documentação pessoal dos membros efetivos, patronos e sócios correspondentes, e o Arquivo Institucional, composto pela documentação administrativa e funcional, produzida, recebida e acumulada pela instituição em decorrência das atividades-meio e atividades-fim. Esses documentos, acumulados pela Academia desde a sua fundação, em 1897, recebem tratamento de acordo com as normas arquivísticas contemporâneas.

2.2 – O arquivo Mucio Leão e o setor de Arquivo da Academia Brasileira de Letras.

A criação e formação do Arquivo da Academia Brasileira de Letras têm dois momentos distintos. O primeiro diz respeito ao contexto da fundação da instituição, quando alguns discursos dos acadêmicos, nas sessões preparatórias de 1896 e nas atas da Academia Brasileira de Letras a expressão “Arquive-se” foi registrada. O segundo pode ser identificado ao centenário da instituição em 1997, onde ocorreu a revitalização do arquivo da instituição.

No primeiro momento, identificamos o registro do arquivamento de um documento na ata de sessão preparatória de criação da ABL de 23 de dezembro de 1896. O presidente da instituição, então, o acadêmico e intelectual Machado de Assis, solicitava o arquivamento da carta em que Araripe Junior concordava com a ideia de criação da Academia Brasileira e nesse sentido, aceitava a inclusão de seu nome entre os membros efetivos da Casa. Em carta que se encontra no arquivo do acadêmico Machado de Assis é possível identificar a expressão “Arquive-se”. (SOUZA, 2015, p. 30).

Os acadêmicos assinalavam que determinados documentos fossem guardados, propondo a existência de um serviço de arquivo. No entanto a primeira referência direta com relação a estruturação de um arquivo na Academia Brasileira de Letras aparece na ata da sessão do dia 9 de dezembro de 1926, quando o acadêmico Constâncio Alves sugeriu que fosse criado o

cargo de “arquivista” independente das funções de bibliotecário. O primeiro documento depositado no arquivo da ABL foi à ata de sua primeira reunião preparatória, realizada no dia 12 de dezembro de 1896. Em sessão ocorrida no dia 16 de dezembro de 1943 no momento em que a discussão referia-se ao “Projeto de Reforma do Regimento Interno da ABL”, o acadêmico Mucio Leão manifestou a necessidade em conduzir de maneira definitiva quanto à organização dos Arquivos da Academia Brasileira de Letras. (SOUZA, 2015, p. 30).

O Projeto de Reforma do Regimento Interno foi aprovado na sessão do dia 23 de dezembro de 1943, sendo essa sessão que deveria ser eleito o primeiro Diretor do Arquivo, mas, por sugestão do acadêmico Pedro Calmon, o recém-eleito presidente da ABL, o acadêmico Múcio Leão, acumulou a Presidência da instituição e a diretoria da “primeira fase de organização” do Arquivo da ABL. A criação do cargo de Diretor do Arquivo na Diretoria da ABL repercutiu na imprensa brasileira após um ano de trabalho. (SOUZA, 2015, p. 32).

Em 1948, o acadêmico Mucio Leão, é reeleito para Diretor do Arquivo, cargo que ocupou até seu falecimento, em 12 de agosto de 1969. Posteriormente, foi realizada sessão pública para a posse da diretoria em 1970. Nessa ocasião, o presidente da instituição, o acadêmico Austregésilo de Athayde, ao ler o relatório da Diretoria e o Programa para o ano de 1970, pronunciou sobre o trabalho realizado naquele ano e também quanto à organização dos arquivos que foram doados por Mucio Leão, destacando a publicação do Dicionário Bibliográfico, obra esta, realizada por Mucio Leão. (SOUZA, 2015, p. 33).

Outro momento que podemos destacar no que se refere à organização do Arquivo da ABL foi em 1997. Nesse ano, como uma das principais formas de comemoração do seu centenário, algumas mudanças visíveis aconteceram na instituição. A Casa abriu-se para a sociedade, aumentando o acesso direto do público através de visitas guiadas, exposições e consultas ao setor de Arquivo. Como parte das comemorações do Centenário da Academia, foi implantado também um projeto de reformulação do Centro de Memória e revitalização do Arquivo, iniciando-se pelos arquivos privados pessoais dos acadêmicos. No ano 2000 foi implantado um novo projeto de estruturação e

sistematização do arquivo institucional. Em 2003, foram publicados os primeiros instrumentos de pesquisa desenvolvidos pelo Arquivo, o Guia Geral do Arquivo dos Acadêmicos e o Inventário do Arquivo Machado de Assis. Os acervos arquivísticos da ABL revelam-se como fonte inesgotável da memória, história, literatura e de inúmeros outros aspectos socioculturais brasileiros. (OLIVEIRA, 2009, p. 19)

Quanto ao Arquivo dos Acadêmicos, de acordo com a arquivista Maria de Oliveira, este possui uma lógica de acumulação diferenciada de outras instituições mantenedoras desse tipo de acervo. Podem ser encontradas coleções de documentos e fundos arquivísticos. As coleções de documentos são compostas pelos documentos acumulados e reunidos pela ABL, enquanto que os fundos arquivísticos são os documentos acumulados pelos próprios titulares e doados à instituição em vida, ou posteriormente, pelos seus herdeiros e familiares. (OLIVEIRA, 2009, p. 19)

Nesse sentido, a arquivista detalha em sua dissertação alguns episódios que retratam esta lógica de acumulação, como por exemplo, na sessão de 31 de maio de 1951, com a apresentação da sugestão do Acadêmico Peregrino Júnior para convocação de uma empresa de *clipping* para estabelecimento de um acordo para “o fornecimento pontual e completo de todas as informações, notas e comentários que sejam publicados no Rio e em outros estados sobre cada um dos 40 acadêmicos” foi originada a coleção ABL de recortes de jornais, que após o projeto de revitalização do Arquivo foi chamada de Hemeroteca da ABL. Constava também da sugestão à criação de uma pasta para cada acadêmico, na qual seriam arquivados em ordem cronológica todos os documentos e informações a eles referentes, formando com isso, a coleção de documentos de cada acadêmico. (OLIVEIRA, 2009, p. 19)

Na sessão realizada no dia 7 de abril de 1960, foi inaugurada a nova seção do Arquivo da ABL, a Fimoteca, com a doação do filme-documentário sobre Manuel Bandeira. Na sessão de 3 de agosto de 1967, o presidente decidiu criar, depois de consulta feita ao Diretor do Arquivo, a seção iconográfica do Arquivo da Academia Brasileira de Letras. Assim, o Arquivo é composto de documentos textuais, originais manuscritos, datilografados e impressos sobre suporte papel, recortes de jornais e revistas, películas cinematográficas, registros magnéticos (fitas de áudio e de vídeo, CD-ROMs e

disquetes), fotografias, diplomas, cartazes, cartões de visita, dentre outros. O conteúdo de tais documentos consiste de depoimentos pessoais e profissionais, originais literários, discursos, correspondências, entrevistas e atuações culturais. (OLIVEIRA, 2009, p. 19-20)

Foi dito anteriormente, que o setor de Arquivo da ABL é composto por arquivos pessoais e institucionais. Aqui detalharemos sobre o Arquivo dos Acadêmicos por ser o local onde são guardados os arquivos pessoais, onde se encontra o arquivo do acadêmico José Veríssimo Dias Matos. Assim, o arquivo dos acadêmicos é o local especializado com objetivo de guarda e difusão dos arquivos pessoais de seus membros. De acordo com Heloisa Bellotto, o arquivo pessoal é identificado como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra e atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas. Ou seja, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade. (BELLOTTO, 2004, p. 266)

Integram o Arquivo dos Acadêmicos fundos documentais – quando doados pelos herdeiros do titular, ou pelo próprio titular em vida – ou coleções artificiais de documentos, reunidas pela própria instituição. Para ABL é importante a reunião de documentos sobre os seus membros, como fonte de pesquisa. Dessa forma, os conjuntos documentais da instituição são reunidos por doações, ou são produzidos pela própria instituição, que acumula documentos cujo conteúdo refere a temas, impressões e aspectos relativos aos acadêmicos. Essas coleções complementam as informações do fundo arquivístico, quando este existir, ou se constituem nas únicas fontes sobre determinado acadêmico, quando seu arquivo não foi doado. Assim, os dois tipos de conjuntos documentais são compostos de documentos textuais, como por exemplo, manuscritos, datilografados, impressos, recortes de jornais e revistas, diplomas, cartazes, cartões de visita, além de fotografias, película cinematográfica, registros magnéticos, dentre outros. (SOUZA, 2015, p. 41).

A arquivista Maria de Oliveira aborda destacou em seu trabalho sobre os usos e a proveniência do arquivo dos acadêmicos da ABL enfatizando que a proveniência dos acervos dos acadêmicos nem sempre pode ser confirmada como origem do próprio titular. Para os arquivos dos Acadêmicos, quando da aplicação do princípio da proveniência na identificação da origem dos documentos de um arquivo, que já esteja sob a custódia da instituição há algum tempo, esta questão suscita problemas, porque embora saibamos que um acervo documental foi doado em sessão por familiares de um acadêmico morto, e esse ato registrado em ata, pode-se afirmar que nesse acervo já poderão ter sido acrescentados documentos entregues por outros acadêmicos, sem nenhum registro de doação. Isso ocorre pelo fato de, em determinada época, os arquivos não terem sido descritos ou inventariados adequadamente, impossibilitando a identificação da origem dos documentos. (OLIVEIRA, 2009, p. 42)

Sendo assim, com o objetivo de melhorar o entendimento do processo de formação do arquivo da ABL, a referida autora tece uma descrição de acontecimentos e fatos que demonstram como foi o processo de recolhimento dos documentos do acervo da instituição, assim como a situação política e hierárquica do arquivo, para que possamos compreender a representação do papel do Arquivo para a instituição e para os seus membros, pois o acervo, até o ano de 1943, quando foi criado o cargo de Diretor do Arquivo, era de responsabilidade da Biblioteca. (OLIVEIRA, 2009, p. 43)

É comum ver nas atas das sessões acadêmicas doações de acervos dos acadêmicos para o Arquivo. Um dos registros mais importantes pode ser visto na ata da sessão de 3 de outubro de 1908, primeira após o falecimento de Machado de Assis, onde o acadêmico Rodrigo Octavio comunica que Machado de Assis, em declaração verbal, legou à Academia “os seus livros, papéis e recordações literárias”. (OLIVEIRA, 2009, p. 43). No entanto, no contexto de organização do Arquivo Machado de Assis, encontraram documentos datados após seu falecimento, como por exemplo, homenagens póstumas. Diante deste quadro, a autora conclui-se que a formação desses conjuntos documentais, de acordo com o princípio da proveniência, seriam, de fato, coleções de documentos, pois teriam sido reunidos pela Academia Brasileira e seus membros muitas vezes após o falecimento do titular. (OLIVEIRA, 2009, p. 43)

Pelo princípio do respeito aos fundos, esses documentos não deveriam ser agrupados a essas coleções e deveriam ser identificados como fundo do titular que os acumulou. O princípio de respeito dos fundos é tradicionalmente considerado, desde a segunda metade do século XIX, como o princípio fundamental do arquivo. Michel Durchein em artigo publicado sobre “O respeito de fundos em Arquivo: princípios teóricos e problemas práticos” destaca que, é através da prática que o arquivista se distingue nitidamente por um lado do bibliotecário e do documentalista por outro. Mas assim como muitos princípios, é mais fácil enuncia-lo do que defini-lo e defini-lo do que aplica-lo. Inclusive para os arquivos privados, algumas dificuldades são enfrentadas. (DURCHEIN, 1992, p. 1).

O conceito de fundo utilizado por Heloisa Liberalli Bellotto estabelece que conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim. (BELLOTTO, 1991, p. 79).

No caso do Arquivo da ABL, o ponto de referência para a reunião das coleções, é o acadêmico, e o critério poderia ser a utilidade do que foi guardado para produzir, celebrar e encenar ritualisticamente a memória do imortal. No entanto, alguns arquivos pessoais de acadêmicos doados a instituição são resultados de suas atividades, objetivos e funções, e podem não ter sido reunidos apenas com o intuito de monumentalização num exercício de vaidade do titular, mas como uma consequência da relevância do acadêmico em sua área de atuação. (OLIVEIRA, 2015, p. 44)

Sabe-se que os membros escolhidos para atuarem na Academia Brasileira de Letras, são em sua maioria, escritores de grande relevância e reconhecimento para a sociedade brasileira e também possuem reconhecimento internacionalmente. Diante disso, a ABL acaba tendo a responsabilidade pela preservação e disseminação de boa parte da memória literária nacional, lembrando que, pela diversidade das áreas de atuação dos acadêmicos, ela acaba por se tornar responsável também, através dos

arquivos pessoais dos seus membros, pela guarda de documentos importantes para outras áreas do conhecimento. (OLIVEIRA, 2015, p. 44)

2.3 – A reorganização e revitalização do arquivo da Academia Brasileira de Letras.

O acervo da ABL apresenta para a sociedade uma opção de um lugar onde é possível a realização de pesquisas sobre a história da literatura brasileira, como desejava Austregésilo de Athayde. Seu acervo é constituído por arquivos de acadêmicos, vivos ou mortos, formados por fundos e/ou coleções de documentos do titular do arquivo, conforme já abordado anteriormente. Após o falecimento do acadêmico Austregésilo de Athayde, que esteve à frente da presidência da instituição por mais de três décadas consecutiva (1959-1993), ocorreu uma renovação nos objetivos da ABL, empreendida pela nova diretoria que se formava. A proximidade do centenário da instituição, em 1997, permitiu que os preparativos para a comemoração começassem a ser discutidos em sessões acadêmicas desde 1994. (SOUZA, 2015, p. 34)

Em 1997, como uma das principais formas de comemoração do seu centenário, algumas mudanças visíveis aconteceram na ABL, entre elas, o aumento do número de exposições, consultas e pesquisas ao setor de Arquivo. Com essa ênfase, uma das prioridades da Diretoria passou a ser a execução de um projeto de revitalização do Arquivo, até então consultado apenas por um pequeno e seletivo grupo de pesquisadores. O discurso da acadêmica Nélida Piñon na presidência da ABL¹ no ano do centenário demonstra a preocupação no que se refere ao acesso ao Arquivo que:

Zelo pelo rigor orçamentário, pelo acervo patrimonial, pela Biblioteca e Arquivo, ambos a caminho da imediata informatização. Zelo pela Revista Brasileira, pelos Anais, pelas publicações. Por um Centro de Memória enriquecido por um ativo Banco de Dados, todos a servir de pontes entre tradições centenárias e os apelos do futuro. Todos juntos querem celebrar este centenário em sintonia com a sociedade. Do mesmo modo como resistimos às intempéries históricas, ocupando nossas cadeiras com uma plêiade de criadores e expoentes, deveremos auscultar, sempre mais, o que a cultura brasileira forjou de mais expressivo. Quando Machado de Assis, no seu discurso inaugural, confessa que os moços inspiraram a

¹ O discurso da acadêmica Nélida se encontra na Ata da Sessão de 20 de Maio de 1990.

fundação desta Academia, ousou repetir, cem anos mais tarde, que é momento de reduzir a distância que separa os jovens das instituições que os precederam no tempo, forjaram a psique e a cidadania. [...] Convém lembrar-lhe que entre nós se abriga um patrimônio intelectual, que pertence à nação brasileira. É momento, pois, de frequentarem de novo esta Casa, reviverem simbolicamente, junto a nós, outra Semana de Arte Moderna. Poucas coisas são hoje tão brasileiras quanto esta instituição. (1990, p.1, *apud* SOUZA, 2015, p. 36).

Nesse sentido quando o projeto arquivístico para a revitalização e reorganização do Arquivo da Academia Brasileira de Letras foi desenvolvido sob a coordenação do professor e arquivista Sérgio Conde de Albite Silva a partir de fevereiro de 1997, iniciaram os primeiros levantamentos do acervo encontrado, e imediatamente identificado o predomínio dos conjuntos de documentos privados e pessoais dos acadêmicos, em meio a alguns poucos documentos administrativos e funcionais da instituição. (ABL, 2003, p. 19). Atualmente, esse cenário teve alterações, ou seja, a pesquisa realizada na ABL tem sido constante por diversos pesquisadores, nas mais distintas áreas do conhecimento, além dos próprios acadêmicos.

Paralelamente, a ABL promovia um estudo interdisciplinar com a interlocução entre arquiteto e arquivista para o redesenho do espaço físico do Centro de Memória e das instalações do Arquivo, além de uma completa reformulação do mobiliário. Uma nova política de recursos humanos começou a ser implantada com a contratação, para o quadro dos funcionários da ABL, de um bacharel em Arquivologia para o chefe do Arquivo e mediante a assinatura de convênios com as universidades para a formação de uma equipe de estagiários. (ABL, 2003, p. 20)

Criada a equipe técnica, foram então, inicialmente escolhidos conjuntos documentais com os documentos pessoais dos acadêmicos para servirem como referência em relação ao tratamento arquivístico a ser aplicado ao restante do acervo. Esses conjuntos documentais foram analisados, do ponto de vista arquivístico, em busca da identificação do seu teor e conteúdo, do método de sua acumulação, organização, registro e acondicionamento, quando e se fossem possíveis de serem identificados. A partir do levantamento documental do acervo, buscou-se identificar uma lógica e uma coerência dos critérios aplicados originalmente para a formação desses conjuntos documentais privados e pessoais. (ABL, 2003, p. 20)

Assim que confirmada e retificada a correta alocação dos documentos em função de sua acumulação – documentos produzidos e recebidos pelos acadêmicos – passou à aplicação dos diferentes acondicionamentos indicados pelas diretrizes da Conservação Preventiva, de tal forma que estas possibilitassem facilidades e segurança no manuseio posterior necessário para o planilhamento dos documentos, para a concepção de um arranjo e a fixação de uma notação. Ainda sobre o ponto de vista da preservação e do acesso, foi providenciado a separação física dos documentos, de acordo com o seu suporte, preservando assim, o conjunto documental, acondicionando-se em separado, documentos textuais em papel, registros magnéticos, fotografias e outros iconográficos, películas cinematográficas e, principalmente, jornais, revistas e recortes de jornais e de revistas, estes últimos acumulados em grande número. (ABL, 2003, p. 21)

Muitos documentos arquivísticos originais, como manuscritos sobre papel e fotografias, que se encontravam emoldurados (expostos ou não) foram desmontados, identificados, conservados, acondicionados e devidamente arquivados. Aqueles faziam parte de exposições permanentes foram substituídos por reproduções. A documentação em suporte especial (como por exemplo, filmes e registros magnéticos) foi da mesma forma, identificada, acondicionada e arquivada provisoriamente, aguardando o devido tratamento.

Como foi previsto e planejado anteriormente, foi construída uma sala climatizada, com o devido controle da umidade relativa do ar e temperatura e com o gerenciamento ambiental para o monitoramento, próprio para a guarda da documentação audiovisual, bem como um Núcleo de Conservação, sendo este responsável por conservar e acondicionar os documentos do Arquivo, da mesma forma e prepará-los para a microfilmagem e digitalização. É também o setor responsável técnico por estabelecer normas, procedimentos e diretrizes para a Conservação Preventiva dos acervos arquivísticos da ABL. (ABL, 2003, p. 21)

Os documentos, à medida que são tratados, passam por um processo de higienização e conservação. O desenvolvimento do projeto de revitalização do Arquivo da ABL e as necessárias intervenções técnicas, em nenhum momento impediram o acesso e o pronto atendimento dos usuários, acadêmicos ou não. À medida que o projeto foi sendo implementado, o Arquivo

passou a atender um número bem maior de acadêmicos, consulentes e pesquisadores externos.

Nesse sentido, concluído processo de revitalização, o Arquivo da ABL teve condições de atender com melhor infraestrutura o usuário, possibilitando o acesso à informação, além de adotar os meios teóricos e metodológicos para o tratamento e preservação do seu acervo. É fundamental que as instituições que atuam na área de preservação do patrimônio cultural tenham como atribuição promoverem uma política de divulgação de suas atividades e de esclarecimento de suas práticas e instrumentos de ação com o objetivo de estabelecer amplos canais de comunicação com todos os segmentos da sociedade, de forma clara e objetiva. Assim, proporcionar o acesso às informações contidas nos documentos, a difusão se mostra função obrigatória e implícita aos arquivos.

3. JOSÉ VERÍSSIMO DIAS MATOS E SUA ATUAÇÃO NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS.

Nessa parte do trabalho será analisada a formação intelectual e profissional do acadêmico e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras José Veríssimo, destacando sua atuação na ABL e sobre a proveniência de seu Arquivo. Para o intelectual José Verissimo a transformação e construção da Nação se efetivaria através da educação, o que demonstra de certa forma, que as discussões travadas por Veríssimo sobre a nação foi alvo de debates em torno de algumas instituições que foram construídas após a independência, como por exemplo, a discussão sobre a nação moderna, no Brasil, que teve início no século XIX. O sentimento de pátria ou nação, até o século XVIII, não havia sido absorvido pelos seus habitantes.

Um espaço institucional dedicado à essa reflexão seria concretizado por meio da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, em 1838. O momento não seria para menos. Algumas das principais instituições imperiais, como o Colégio Pedro II e o Arquivo Público Imperial não somente foram criadas no mesmo período que o IHGB, como participaram do mesmo projeto que tinha como objetivo a recuperação ou criação de um passado nacional, seja na garantia de seu futuro, por meio da formação daqueles que seriam cidadãos do império. Essas instituições deveriam contribuir para consolidar a educação, a cultura e a administração pública do país. E foi nesse contexto, que José Veríssimo teceu várias discussões para se pensar a Nação, mas o foco de sua abordagem e discussão partia pela educação nacional.

3.1 – José Veríssimo Dias de Matos: a biografia de um intelectual.

José Veríssimo Dias de Matos, filho único do casal José Veríssimo de Matos e Anna Flora Dias de Matos, nasceu no dia 8 de abril de 1857 na Colônia Militar de Óbidos na antiga província, atualmente o estado do Pará. Transferiu-se para o Rio de Janeiro onde se matriculou na Escola Central, hoje Escola Politécnica. Mas teve que interromper seus estudos por motivo de saúde em 1876, regressando ao Pará. Nessa localidade José Veríssimo se dedicou ao magistério e ao jornalismo, a princípio atuou como colaborador do

jornal Liberal do Pará e posteriormente, como fundador e dirigente da Revista Amazônica (1883-1884) e do colégio Americano. (ALVES, 2006, p.51)

Publicada em 1966 a biografia de José Veríssimo intitulada “José Verissimo visto por dentro”, seu filho Marechal Ignácio José Veríssimo, esclareceu em sua obra biográfica que o nome Veríssimo apareceu pela primeira vez na família dos Matos através do avô de Veríssimo. Nascido no dia 1 de outubro, dia de São Veríssimo, teve acrescentado ao seu prenome José, o nome do santo do dia. Em Mangaratiba, tornou-se dono de fazenda de café e senhor de numerosa escravaria. Detentor de muitas posses construiu por conta própria um cais para embarque do café e ainda mandou erigir a igreja Matriz de Mangaratiba onde foi sepultado quando, em 1828, faleceu. (VERÍSSIMO, 1966, p. 17).

Nessa ocasião, seu filho, também José Verissimo, contava com doze anos. Aos vinte e quatro anos, em 1840, José Veríssimo de Matos, filho do então falecido dono da fazenda de café de Cachoeirinha, formou-se em medicina no Rio de Janeiro e foi exercer sua profissão em Barra Mansa e cidades próximas. Transformou-se, então, num médico típico de sua época, um “doutor faz tudo”, que cuidava das crianças e realizava partos, operação, cura de feridas. Andando de mala em punho de casa em casa, tornou-se íntimo das famílias e adquiriu enorme experiência na sua ciência médica, permanecendo nessas localidades por quinze anos. Depois desse longo período, mudou-se para a cidade de Serro, em Minas Gerais, onde conheceu Anna Flora da Piedade. Com ela casou-se, em 1855. (VERISSIMO, 1966, p. 17)

Logo após o casamento, José de Matos e Anna Flora partiram para o Rio de Janeiro. Nessa cidade, visitaram os familiares de José de Matos em Mangaratiba e seguiram para a capital do Império. Em 1856, José de Matos foi nomeado médico da Colônia Militar, em Óbidos, e para lá se dirigiu com a esposa. Já no ano seguinte nasceu o filho, José Clemente Dias de Matos, que mais tarde passou a usar o nome do pai, José Veríssimo. Em Óbidos, José Verissimo passou a sua infância. Uma cidade pobre situada na margem esquerda do rio Amazonas, no interior do estado do Pará, distante 1.100 km de Belém. (ALVES, 2006, p. 24).

Rosana Llopis Alves investiga em sua tese mediante perspectiva histórica, a vida e obra pedagógica de José Veríssimo Dias de Matos. Destaca

a atuação, na cidade do Rio de Janeiro, a frente do *Gymnasio Nacional*, a versão republicana do colégio Pedro II no período. Em sua cidade natal José Veríssimo teve grande atuação profissional, onde dirigiu o renomado Colégio Americano, sendo este um conceituado estabelecimento de ensino. Em 1890, foi diretor da Instrução Pública do Pará. Essas experiências proporcionaram elementos indispensáveis para a confecção de um livro de significativa repercussão – *A Educação Nacional* – sendo esta obra elaborada a partir de uma crítica ao sistema educativo de então. Procurou nesse sentido, oferecer uma contribuição as transformações que deveriam ocorrer na educação com o regime republicado recém-instaurado. Sua experiência na área educacional contribuiu para que posteriormente fosse indicado ao cargo de dirigente do *Gymnasio Nacional*. (ALVES, 2006, p. 14).

Nos jornais em que trabalhou José Veríssimo também abordou assuntos sobre a instrução pública e diante disso, conseguiu e fundou a *Sociedade Paraense Promotora da Instrução*, em 1883. À frente dessa Sociedade, deixou patente, sua crença na ação da instrução e da educação como base do desenvolvimento da Nação. Considerando a escola como a grande constituição do homem, José Veríssimo procurou levar ao ensino primário até o secundário uma concepção de uma instrução de conjunto ao fundar, em 1884, o Colégio Americano. Nessa instituição de ensino, introduziu o Jardim de Infância com o objetivo de preparar as crianças para o currículo escolar. (ALVES, 2006, p. 48).

A partir de 1870, as ideias e experiências inspiradas na produção do educador suíço, nascido em Zurique, Jean-Henri Pestalozzi (1746–1827) começaram a ser divulgadas mais amplamente no Brasil, modificando o curso das discussões referentes aos métodos, passando essa a incidir, diretamente, sobre as relações pedagógicas de ensino e aprendizagem. Nessa reflexão sobre os métodos de ensino, os processos de aprendizagem dos alunos passaram a ocupar um lugar relevante. (ALVES, 2006, p. 48).

Em 1880 José Veríssimo viajou para a Europa com o objetivo de participar do Congresso Literário Internacional, neste congresso defendeu os escritores brasileiros que até aquele momento eram alvos de várias críticas por parte dos interessados na permanência do livro brasileiro na retaguarda da Literatura do Brasil. Posteriormente, retornou à Europa, para participar em Paris do X Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, com uma

comunicação sobre o “homem Marajó e a antiga história da civilização amazônica”. (ALVES, 2006, p.52)

Com a criação da pasta da Educação logo após a Proclamação da República, o seu primeiro ministro Benjamin Constant, realizou a reforma do sistema geral de ensino público. José Veríssimo discutiu no então, *Jornal do Brasil*, do primeiro semestre de 1892, as reformas introduzidas, delas tecendo uma crítica e que posteriormente cresceu como introdução da 2ª edição em 1906 de seu livro “*A Educação Nacional*”. Não se deteve apenas nas enormes insuficiências da educação escolar como ele a conheceu e sentiu no seu estado. José Veríssimo era constantemente referido como fundador da *Revista Brasileira*, mas na realidade este a dirigiu em sua terceira fase – a primeira foi de Cândido Batista de Oliveira, de 1857 a 1860, a segunda, de Nicolau Midosi, de 1879 a 1881. (ALVES, 2006, p.52)

No que tange a concepção de educação nacional em José Veríssimo podemos identificar e fundamentar um projeto de nação republicana assentado na construção de um país moderno. Em seus escritos esta concepção relaciona-se com a educação, projetada como um mecanismo de transformação social e de formação de um sentimento nacional argumentando, dessa forma, que através dela se torna possível produzir uma afeição ao nacionalismo. Deve-se destacar que a trajetória profissional de José Veríssimo, estava inserida em um contexto de transformações política, econômica e social no Brasil, dentre elas, devido à proclamação da república e das discussões em torno da questão da nacionalidade que passou a fazer parte de muitos discursos dos intelectuais brasileiros com o objetivo de um país moderno e civilizado. (COSTA, 2017, p.78).

Em sua obra sobre *História da Educação Brasileira* explicita a diferença estabelecida entre instrução pública e educação, destacando que o sistema educacional do Brasil não poderia ser nomeado de educação nacional por ter apenas um caráter instrutivo, que não considera a formação do cidadão por meio do ensino cívico e moral. Nesse sentido, para Veríssimo quando a instrução não tem como objetivo a educação nacional, perde-se sua eficiência para o progresso, para a civilização e para a grandeza de um povo. (MATTOS, 1906, p.17)

A partir de sua crítica no que se refere ao sistema de instrução pública no Brasil, Veríssimo destacava algumas características a respeito da maneira de como estava organizado o sistema de ensino, identificando-o como um acúmulo de matérias que não tinham relação entre si, carente de elementos pátrios tanto nos livros como nos programas escolares, ou seja, em todos os níveis escolares, desde o ensino primário até o ensino superior. (COSTA, 2017, p.79).

Assim, para a transformação deste sistema educacional José Veríssimo propôs que se adotasse uma reforma de compêndios e livros de leitura de forma que fosse ao encontro da realidade brasileira. Com isso, poderiam auxiliar para o aprofundamento das questões que perpassassem pela construção de uma cultura nacional atravessada pelo sentimento patriótico, porque, somente dessa forma a educação seria gratificada como uma educação nacional. A educação nacional, defendida por Veríssimo, não se restringia apenas aos espaços escolares, mas deveria se estender por amplos espaços do ambiente educativo, como por exemplo, as artes, a literatura, datas festivas e símbolos da república, pois contribuiriam para a apreensão do real sentimento nacional. É a partir dessa conjuntura que se compreende que a educação cívica tem um papel essencial em sua concepção de educação nacional como única capaz de despertar nos indivíduos o amor à pátria, de forma a promover e a contribuir para o progresso o país. (COSTA, 2017, p.79).

3.2 – José Veríssimo Dias de Matos e a Academia Brasileira de Letras.

O escritor e fundador da ABL, José Veríssimo Dias de Matos, teve participação significativa para a fundação dessa instituição, este atuou como um dos principais incentivadores. Além disso, enquanto estava no processo de discussão para a criação da ABL, ele se encontrava com outros intelectuais na sede da *Revista Brasileira*, à Travessa do Ouvidor, nº 31. A partir de 1896, com a intenção de estreitar ainda mais os laços com os amigos, José Veríssimo começou a organizar jantares mensais, onde o contato com outros intelectuais de diferentes posições políticas, mesmo entre monarquistas e republicanos. Representantes das letras, médicos, políticos, administradores dentre outros,

conversavam a respeito de distintos assuntos e expunham suas ideias. (RUTTIMANN, 2015, p. 34)

José Veríssimo ocupou a cadeira de nº 18, que tinha como patrono João Francisco Lisboa. Já no primeiro ano de fundação, por iniciativa de Veríssimo, a Academia Brasileira procurou fixar a ortografia da palavra “Brasil” e, por extensão, redigir um “Dicionário Bibliográfico Brasileiro”. Também fica sob a responsabilidade de Veríssimo e outros a formulação do Estatuto da Academia. O acadêmico frequentava assiduamente às sessões da ABL, influente nas decisões, mas desgostou quando deixou de receber exclusivamente os expoentes da Literatura. (ARAÚJO, 2008. p 13)

Em 1895, José Veríssimo lançou a terceira publicação da *Revista Brasileira*. A Revista teve nas duas publicações anteriores, uma de Cândido Coelho em 1857, e de Nicolau Medosi, Franklin Távora, Balduino Coelho e Moreira Sampaio em 1879. Instalada na Travessa do Ouvidor, a Revista Brasileira contou com a participação e reunião de outros escritores, colaboradores da própria revista e alguns de seus frequentadores. Nessas reuniões, ficava explícito a preocupação de José Veríssimo em agilizar o progresso do Brasil por meio da educação e da cultura. Ele acreditava que ao criar a revista propiciava o estreitamento entre os escritores e estudiosos do país. Nesse sentido, as questões constitucionais, jurídicas, econômicas, políticas e sociais, que faziam parte do cotidiano e causavam preocupação naqueles intelectuais deveriam ser abordados na *Revista Brasileira*. (VERÍSSIMO, 1966, p.101).

Dessa forma, a intenção de José Veríssimo foi, em parte, corporificada. Na *Revista Brasileira*, colaboraram vários intelectuais de todas as correntes, de diferentes especialidades. Colaboraram, os escritores, Machado de Assis, Afonso Arinos, Araripe Junior, Silvio Romero, Pandiá Calógeras, Barão Homem de Melo, dentro outros. Por isso, não foi difícil convocar os elementos necessários para pensar a criação da Academia Brasileira de Letras, sugestão esta, que partiu do magistrado e jornalista Lucio de Mendonça. Nesse período, a ABL teve distintas fases, em um primeiro momento podemos considerá-la como a fase do “sem teto” que se estende de 1896 a 1904, pois havia sempre o problema do local para as reuniões. (VERÍSSIMO, 1966, p. 104).

Há cartas do escritor Machado de Assis, explicitando essa fase da ABL, dentre elas a que encaminhou a José Veríssimo em 1898 com a seguinte informação, “peço-lhe que me diga se nosso Graça Aranha já falou ao Ministro do Interior e se podemos contar para a reunião da Academia com o salão no dia 30 e se já está completa a lista feita, por ele, para a distribuição dos convites”² (Carta de 18 de novembro de 1898, Pasta IX, Documento 13).

Em outra correspondência o escritor e diplomata Joaquim Nabuco escreveu que: “a nossa Academia de Letras já tem seu aposento. Não separado como quiséramos: faz parte de um grande edifício, dado a diversos institutos”. (VERÍSSIMO, 1966, p. 106). Identificamos através das correspondências desses intelectuais, que no início a Academia Brasileira de Letras passou por várias dificuldades e seus fundadores não mediram esforços para que esta conquistasse seu espaço próprio.

Em 1908, José Veríssimo deixa a direção da *Revista Brasileira*. A correspondência de Souza Bandeira a Veríssimo, datada de 14 de novembro, é um demonstrativo da sua decisão em se afastar. O acadêmico e um dos fundadores da ABL aos poucos deixou de exercer algumas atividades e se desencantou até o momento em que abandonou a ABL quando seus membros decidiram eleger pessoas pelo critério expoente. Sobre a relação de Veríssimo com a ABL, diz Prisco: “José Veríssimo que, a princípio, recebeu com reservas a ideia da fundação da Academia, acabou por aceita-la e foi um dos mais assíduos e *enthusiastas* dos seus membros” (1937, p.164, *apud* ARAÚJO, 2008, p. 13).

Em 14 de setembro de 1912, por 22 votos, o Ministro do Exterior, Lauro Müller, foi eleito acadêmico da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de nº 34. Ele concorreu com o candidato e intelectual, Romiz Galvão, e contando com os dez votos que recebeu, com os de Rui Barbosa, Salvador de Mendonça, Carlos Laet, Alberto de Oliveira e José Veríssimo. Um dos votos a favor do Ministro do Exterior, Lauro Müller, foi Mario de Andrade, pois segundo o argumento “nada impedia que o Ministro fosse eleito, pois os estatutos da Academia não exigia a publicação de livro algum”. (VERÍSSIMO, 1966, p. 113).

² A carta mencionada está descrita na obra do Marechal Ignácio Veríssimo, filho do escritor e fundador da Academia Brasileira de Letras José Veríssimo. Esta carta faz parte do Fundo do fundador José Veríssimo que foi doado por a Academia Brasileira em 2015, até o momento o Fundo se encontra em tratamento.

Diante disso, o intelectual Mario de Andrade, apresentava o testemunho do valor de seu candidato, e se alguém ainda tivesse reservas a oferecer sobre a legitimidade da candidatura de Lauro Müller. Sabendo das discordâncias que surgiu entre os acadêmicos com relação ao seu valor intelectual, Lauro Müller resolveu apresentar como prova à Academia Brasileira o seu discurso intitulado, “*Ideais Republicanos*”, que ele, como Ministro das Relações Exteriores pronunciou no dia 15 de novembro de 1911, ao entregar o Marechal Hermes da Fonseca – então presidente da República – as insígnias presidenciais nas festas comemorativas de seu primeiro aniversário de governo. (VERÍSSIMO, 1966, p. 113).

Em carta enviada ao escritor Sousa Bandeira, no dia 6 de julho de 1912, José Veríssimo diz o seguinte: “Remeto-lhe a carta que anteontem 4, à noite, me veio trazer à casa o Sr. Paulo Barreto e com a qual o Sr. Lauro Müller se apresenta à vaga do Barão do Rio Branco, na Academia de Letras”. (VERÍSSIMO, 1966, p. 114). Adiante, Veríssimo detalhou sua discordância referente à candidatura de Müller, especificando e citando inclusive o 2º artigo do Estatuto da ABL, que por meio deste impedia a candidatura de Lauro Müller. Para Veríssimo, não constava em qualquer gênero da Literatura obra de reconhecida importância e de mérito que tivesse sido publicada por Müller, ou até mesmo, livro de valor literário. (VERÍSSIMO, 1966, p. 114).

Nesse período, José Veríssimo atuava como presidente interino da Academia Brasileira de Letras, diante da insistência de parte dos acadêmicos em aceitarem a candidatura de Lauro Müller, Veríssimo não compareceu à sessão em que se deu a apresentação da candidatura de Müller. Assim, em 1912, José Veríssimo renunciou à ABL conforme detalhou sobre sua decisão em carta remetida a Bandeira com o seguinte conteúdo:

finalmente quero, meu prezado, Dr. Bandeira, merecer-lhe mais o favor de declarar, em meu nome, à Academia que, desde já, renuncio, irrevogavelmente, o cargo de Secretário Geral e o lugar de redator de sua Revista. (VERÍSSIMO, 1966, p. 114).

Pelo exposto, pretendíamos de forma sucinta apresentar a atuação de um dos fundadores da ABL, José Veríssimo, onde sua participação foi fundamental para a criação da instituição. Conhecendo a trajetória profissional e intelectual dos acadêmicos, se torna um processo fundamental para o processo de descrição arquivística. As obras de José Veríssimo, tais como:

“Educação Nacional”, “Pesca na Amazônia” e “Cenas da Vida Amazônica”. É identificado como, um brilhante pedagogo e folclorista. Apesar do jeito aparentemente duro de ser, Antônio Sales diz que José Veríssimo era um homem muito sensível e afetivo, que buscava na família e nos amigos mais íntimos consolo para as mágoas que lhe atingiam. Jocosamente era chamado de severíssimo, mas opina Sales ter sido ele o grande crítico literário de sua geração. Machado de Assis partilha dessa ideia. (1934, p.291, *apud* ARAÚJO, 2008, p. 13).

3.3 – A coleção do arquivo José Veríssimo Dias de Matos.

Conforme mencionado anteriormente, em relação ao Arquivo dos Acadêmicos, os conjuntos documentais privados e pessoais, produzidos organicamente, recebidos naturalmente e acumulados pelos acadêmicos, constituem um fundo arquivístico. Os outros documentos, acumulados artificialmente pela instituição ou terceiros, em nome do acadêmico, constituem uma coleção de documentos. Com o objetivo de não segmentar e desvalorizar a potencialidade documental e informativa de tais conjuntos manteve-se a forma original dos arquivos privados pessoais, onde o nome do titular – o acadêmico – fica como referência principal, sob denominação maior de Arquivo, tanto fundo arquivístico como a coleção de documentos. Tem-se então, o Arquivo José Veríssimo como uma coleção de documentos – coleção esta que está sendo foco do trabalho – e outro, fundo arquivístico.³

Nesse sentido, é importante destacar que todas as atividades desenvolvidas em arquivos, as etapas de trabalho e as opções metodológicas sejam explicitadas e registradas sistematicamente. A Arquivística, como toda ciência, é dinâmica estando em constante transformação. Por isso, as opções metodológicas adotadas pela Academia Brasileira de Letras não deve ser considerada definitiva, ou seja, devem acompanhar o tempo social e o tempo científico, estando, nesse sentido, em constante revisão e aperfeiçoamento. Importante mencionar que, os documentos do Arquivo dos Acadêmicos, que

³ O fundo do arquivo José Veríssimo Dias Mattos se encontra em processo de tratamento. O mesmo foi doado à instituição em outubro de 2015 pela viúva de Jorge Luiz José Veríssimo (neto de José Veríssimo e filho de Ignácio José Veríssimo), Helena Araújo Lima Veríssimo. Por isso, a pesquisa tem como proposta em trabalhar a coleção.

não possuem restrições legais e específicas de acesso, estão disponíveis para a consulta por meio dos seus respectivos instrumentos de pesquisas, inventários e listagem preliminares. (ABL, 2003, p. 24).

No processo de reorganização do acervo optou-se por iniciar o tratamento arquivístico pelos documentos privados pessoais, que eram em número maior e que, concretamente, formavam o que era então o Arquivo da ABL. Estes eram os documentos com o maior número de consultas, quase que exclusivamente feitas por acadêmicos. Nesse sentido, naquele contexto, os interesses internos em relação ao Arquivo foram mantidos e privilegiados. Essa estratégia deveria como foi, também, ser capaz de oferecer gradualmente, referências técnicas e seguras para a ABL, como um todo, e que pudesse acompanhar a intervenção documental que então se iniciava e reconhecer o alcance e a legitimidade da instituição. (ABL, 2003, p. 19). Iniciamos a seguir a destacar a coleção do Arquivo do acadêmico e fundador da ABL, José Veríssimo, que compõe o acervo documental da Academia e que sua organização encontra-se concluída.

O ponto que será abordado a seguir sobre a proveniência da coleção do Arquivo José Veríssimo foi resultado de um levantamento realizado pela técnica de Arquivo da instituição, Joana Cardoso da Silva, que teve o objetivo de fazer um levantamento coletando informações sobre a proveniência do Arquivo dos acadêmicos. Este material, que foi concedido pela própria instituição para a efetivação do Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, contribuiu para o entendimento desse Arquivo e seguir com o plano de trabalho para concluir sua organização.

O Arquivo José Veríssimo é composto de documentos textuais – 629 documentos (1881 – 1971). Impressos – 1 caixa-arquivo com recortes e iconográfico. Os documentos que completam essa coleção foram doados a ABL por acadêmicos e pelos familiares do fundador José Veríssimo. Em 8 de fevereiro de 1923, o jornalista e ensaísta Constâncio Alves, acadêmico e 3º ocupante da cadeira 26 e por Paulo Prado, sendo este um escritor que teve importante atuação no movimento Modernista de 1922, doaram a Academia Brasileira uma quantidade relevante de correspondências autógrafas de José Veríssimo, ajudando a compor a coleção do seu Arquivo. Constâncio Alves

tinha vários amigos entre os fundadores da ABL, entre os quais o próprio José Veríssimo, Nabuco e o Machado de Assis, e poderia ter sido ele mesmo um dos fundadores. Bastava-lhe, para adquirir esse direito, reunir alguns dos seus artigos e publicar um livro.

Em 11 de novembro de 1956, para compor também a coleção o Arquivo José Veríssimo, foi doado 307 documentos pelos seus familiares compostos por correspondências. Outra parte do conjunto documental que complementam o Arquivo foi doado pela filha do acadêmico, Flora Veríssimo, composto por correspondências autógrafas que os acadêmicos e homens de letras nacionais e internacionais mantiveram com o seu pai. Em 14 de agosto de 1923, o poeta, jornalista e cientista e acadêmico Mario de Alencar fez doação para ABL as correspondências que enviou e recebeu dos acadêmicos, dentre eles, José Veríssimo, Souza Bandeira, Machado de Assis, Joaquim Serra.

E por último, em 11 de agosto de 1956 foi doado a ABL um conjunto documental contendo várias correspondências pelo jornalista e médico, e sexto ocupante da cadeira nº 18, o acadêmico Peregrino Junior e também da família de José Veríssimo, sua neta Mariana Veríssimo e seus irmãos. Assim, esses documentos caracterizam o “Arquivo José Veríssimo”. A seguir detalharemos o processo de descrição do Arquivo, destacando a elaboração do instrumento de pesquisa, sendo este o Inventário.

4. A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA EM ARQUIVOS PESSOAIS.

Nessa parte do capítulo faremos análise conceitual da descrição arquivística destacando o contexto de elaboração da Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Na segunda parte será abordada a descrição na Academia Brasileira de Letras, identificando as mudanças que ocorreram desde a revitalização e reorganização do setor de Arquivo em 1997 até a aplicação da NOBRADE no que tange a descrição dos arquivos dos acadêmicos. A revitalização do arquivo da ABL deu-se no momento anterior à elaboração da Norma Brasileira de Descrição Arquivística, ou seja, a descrição do arquivo dos acadêmicos foi realizada com base na ISAD (G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. Na terceira parte do capítulo destacaremos os procedimentos realizados na descrição do Arquivo de José Veríssimo Dias Mattos.

4.1 – A descrição arquivística: uma análise conceitual.

A normalização da descrição arquivística em nível internacional tomou grande impulso no final da década de 1980. Aspiração antiga, a necessidade de normalização imposta pelo uso de computadores em arquivos se fazia sentir nessa época de maneira cada vez maior, ao mesmo tempo em que os progressos normalizadores da área da biblioteconomia demonstravam as vantagens alcançadas quando trabalhos baseavam-se em procedimentos técnicos comuns. Alguns países como os Estados Unidos e a Inglaterra já haviam caminhado na direção do estabelecimento de normas de descrição, mas coube ao Canadá, que então iniciava a elaboração de suas normas nacionais sob o patrocínio do *National Council on Archives/Conseil National des Archives*, a proposta ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em 1988, da criação de normas internacionais de descrição. (NOBRADE, 2006, p. 7)

Em 1989, especialistas de vários países reuniram-se em Paris e decidiram criar uma comissão específica para, no âmbito do Conselho Internacional de Arquivo, realizar tal tarefa. A primeira reunião da comissão ocorreu em 1990, na Alemanha, congregando especialistas de vários países,

dentre eles, o Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra. A partir da divulgação e discussão de uma declaração de princípios quanto à descrição arquivística no Congresso Internacional de Arquivos de Montreal, o grupo passou a contar com um representante da Austrália, com objetivo de conciliar e atender a tradições técnicas diversas. (NOBRADE, 2006, p. 7)

A Norma Brasileira de Descrição não é uma mera tradução das normas ISAD(G) e ISAAR (CPF), que já existem e estão publicadas. O objetivo da NOBRADE ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando, assim, as preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos considerava importantes, porém, de foro nacional. Por isso, a NOBRADE precisou ser intensamente divulgada no âmbito das instituições arquivísticas e nos eventos ligados aos profissionais da área, de modo a possibilitar o seu aperfeiçoamento. Nesse sentido, a NOBRADE estabelece diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR (CPF), e tem como função essencial facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Embora voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada nas fases corrente e intermediária. (NOBRADE, 2006, p. 8)

As normas de descrição de documentos arquivísticos visam garantir descrições consistentes, apropriadas e explicativas. A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas. Além disso, influem no tratamento técnico realizado pelas entidades custodiadoras, proporcionando ao pesquisador o uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante a informação.

Diante disso, as normas internacionais ISAD(G) e ISAAR (CPF) demandam normas nacionais, a NOBRADE advoga a padronização de procedimentos em sistemas de arquivos e/ou em entidades custodiadoras. Da mesma maneira que as normas internacionais, a NOBRADE não preceitua formatos de entrada ou saída de dados em sistemas de descrição automatizados ou manuais. Esta possui o objetivo de estruturar a informação a

partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas. Cabe a cada entidade e a seus profissionais a decisão acerca dos recursos utilizados para a descrição, bem como o formato final de seus instrumentos de pesquisa, sendo apenas imprescindível a presença dos elementos de descrição obrigatórios. (NOBRADE, 2006, p. 10)

O desenvolvimento da pesquisa na descrição arquivística tem como objetivos principais tornar aparentes os relacionamentos entre contexto de produção dos documentos e os próprios documentos, além da compreensão dos arquivos. Essa atividade tipicamente de pesquisa – que envolve o pleno conhecimento não somente do contexto de produção dos arquivos, dos vínculos arquivístico, mas também dos contextos social, cultural e político em que o arquivo é produzido – extrapola a mera utilização de formatos de instrumentos de pesquisa. Nesse sentido, a atividade pertinente à descrição arquivística contribui para a percepção da arquivologia como campo científico, autorizando e legitimando o arquivista como pesquisador. (OLIVEIRA, 2012, p. 14-15).

Para a referida autora a descrição arquivística tem sido destacada pela literatura de forma redutora em relação ao que de fato significa e representa. Em primeiro lugar, porque sua pertinência é tratada aos arquivos permanentes por causa da própria elaboração dos instrumentos de pesquisa, isto é, ainda porque mais recentemente, nas últimas décadas, está relacionada ao cumprimento de padrões que possuem o objetivo de elaboração de instrumentos de pesquisa ou dispositivos tecnológicos para acesso às informações sobre os acervos arquivísticos. No que tange ao primeiro ponto, Lucia Velloso de Oliveira destaca as duas principais finalidades da descrição tradicionalmente abordadas pela literatura da área que encontra-se: controle e acesso. (OLIVEIRA, 2012, p. 41).

A descrição é um processo de pesquisa e sua principal função é a representação dos documentos para o acesso do usuário. Nesse sentido, ela é uma representação produzida pelo arquivista que decorre de um processo de pesquisa, com métodos próprios da Arquivologia que tem como função a produção do conhecimento sobre os arquivos e o acesso aos mesmos. (OLIVEIRA, 2012, p. 21)

O processo de descrição arquivística tem que identificar e explicitar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo com o objetivo de promover o acesso aos mesmos. Isto é criado por meio de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com os modelos predeterminados. Processos relacionados à descrição arquivística podem iniciar na, ou antes, da produção documental e continuam durante sua vida. Esses processos permitem instituir controles necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis as descrições que serão mantidas ao longo do tempo. (ISAD(G), 2000, p. 11)

A associação da descrição arquivística com a produção de instrumentos de pesquisa relega a um lugar obscuro outros produtos decorrentes de etapas do processo descritivo, como a análise tipológica, a reconstrução do contexto arquivístico em seus principais eixos, a produção de um vocabulário controlado, a elaboração de glossários e a pesquisa genealógica. A descrição implica na identificação das espécies e dos tipos documentais individualmente encontrados em um arquivo e/ou coleção. Nesse sentido, a identificação é essencial para o estudo das atividades e ações representadas nos documentos e para a análise dos inter-relacionamentos entre eles e, por consequência, entre as atividades e funções que representam. Essa etapa do processo de pesquisa documental, inserida no programa descritivo, também permite ao arquivista identificar as formas de comunicação entre o titular do acervo e seus pares e dessa forma estabelecer laços de relacionamentos.

Podemos compreender a descrição arquivística como uma forma de representação. A arquivista e pesquisadora em Ciência da Informação Elizabeth Yakel destaca que a representação arquivística é:

Uma função arquivística comumente identificada como arranjo e descrição, processamento e, ocasionalmente, catalogação arquivística. O termo “representação arquivística”, mais precisamente, reúne as funções do arquivista de reordenar, interpretar, criar substitutos e desenhar arquiteturas para sistemas de representação que contêm esses substitutos do próprio material arquivístico ou de suas representações. (YAKEL, 2003, Apud, OLIVEIRA, 2012, p. 21)

Nesse sentido, deve-se destacar que a descrição arquivística é uma representação formulada pelo arquivista, pois sua elaboração envolve critérios e métodos de pesquisa complexos e particulares que afluem para a compreensão de um arquivo. O elemento essencial para essa compreensão e

a reconstrução do contexto arquivístico que pela definição de Thomassem caracteriza-se o contexto arquivístico como,

Todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contexto de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sociopolítico, cultural e econômico. (TOMASSEM, Apud, OLIVEIRA, 2012, p. 44)

Para Heloisa Bellotto, o arranjo em fundos torna o arquivo permanente organizado e lógico, mas a descrição é a única maneira a possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores. O processo de descrição arquivística consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que permite a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados. Eles são em essência, obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitude, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais que fazem parte do arquivo permanente. (BELLOTTO, 2008, p. 180).

4.2 – A descrição arquivística na Academia Brasileira de Letras.

De acordo com Lucia Velloso de Oliveira o eixo da metodologia da descrição arquivística permite a compreensão do contexto de produção e acumulação do arquivo, compreendendo ambas as fases dentro de um contexto social e específico e igualmente circunscrito a um tempo histórico. Essa reconstrução representativa da trajetória de vida do titular do arquivo se cruza com as de outros personagens que possuem significação para aquele titular. Essa significação é explicitada na decisão do titular do arquivo ao preservar seus documentos. (OLIVEIRA, 2012, p. 78)

O processo de descrição é a função arquivística que possibilita organizar um fundo de arquivos de maneira a facilitar a consulta, disponibilizando assim o acesso. Com isso, a organização do fundo faz-se respeitando sua especificidade própria e princípios gerais da arquivística. Seu objetivo é fazer a distinção dos grupos de documentos, que permitirá, de um lado, formar dossiês e arrumá-los em caixas onde a cada um seja dado um código e, de outro,

redigir um instrumento de pesquisa, detalhado que demonstre compreensão nas subdivisões do fundo. (DUCROT, 1998, p. 151)

No que se refere à metodologia aplicada ao arquivo da Academia Brasileira de Letras esta ocorreu a partir da revitalização do Arquivo iniciada em 1997, sob a coordenação do Arquivista e professor Sérgio Conde de Albite Silva. No final do seu trabalho foi elaborado material, contendo a metodologia que será aplicada no Arquivo da instituição com o objetivo de oferecer respaldo para a atuação da equipe do Arquivo da ABL, apresentando nesse sentido, tratamento global planejado e descrevendo as referências arquivísticas indicadas e com isso, detalhando normas e procedimentos a serem adotados no Arquivo dos Acadêmicos. Conforme mencionado anteriormente, é preciso distinguir que a totalidade dos documentos da instituição indica a existência de duas linhas de acervos arquivísticos.

A primeira linha de acervo é o conjunto de documentos administrativos e funcionais produzidos, recebidos e acumulados pela ABL como instituição, e que formam o Arquivo Institucional. A segunda linha é formada pelos conjuntos documentais privados e pessoais de cada um dos acadêmicos. Documentos estes produzidos, recebidos e acumulados por cada acadêmico, entregues para a custódia da ABL, e que formam o Arquivo dos Acadêmicos. Os procedimentos e as diretrizes que serão abordadas nesse trabalho referem-se exclusivamente, ao tratamento desenvolvido no Arquivo dos Acadêmicos. Este, estará composto por tantos arquivos quantos forem os acadêmicos com documentação sob custódia da Academia Brasileira. Assim, cada arquivo terá como referência principal o nome do correspondente acadêmico (cada acadêmico será um “arquivo”): Arquivo Machado de Assis, Arquivo Joaquim Nabuco, Arquivo José Veríssimo, e assim por diante.

Uma das particularidades dos arquivos e, ao mesmo tempo, um dos principais desafios e motivação profissional da atuação dos arquivistas é a dinâmica do tratamento arquivístico. Ainda que sempre pautado pelos referenciais teóricos em vigor, o que não significa que estes sejam fixos e imutáveis, uma espécie de “anteparo psicológico” do profissional dos Arquivos deve estar direcionados para a aplicação de um tratamento arquivístico que resulte no atendimento de sua função social. Para que isso se efetive, o

arquivista deverá atuar no sentido de que seu trabalho seja capaz de revelar o potencial informacional dos documentos de um arquivo. (ABL, 2003, p. 21)

Assim, a atuação profissional do arquivista, manifestada através do produto final de seu trabalho apresentado aos usuários, que possibilitará, ou não, a revelação do conteúdo informacional dos documentos e sua utilização para a produção de conhecimento em qualquer nível e momento. Dessa forma, pautado pelas referências teóricas e técnicas da Arquivística, ele ao propor um arranjo, ao descrever um conjunto documental, ou em qualquer de suas atividades de organização de um arquivo, deve ter em mente que o sucesso e consolidação de sua existência profissional está condicionada pelo atendimento da já referida função social, isto é, pelo atendimento aos usuários dos arquivos.

A descrição arquivística da ABL foi seguida pelas normas ISAD(G), sem prejuízos de outras informações julgadas necessárias para uso interno do arquivo. O primeiro procedimento quanto à descrição do arquivo dos Acadêmicos, segue-se o título dado ao arquivo (nome do acadêmico), ou a qualquer de suas subdivisões, que será o nome pelo o qual o titular do arquivo é conhecido na Academia Brasileira de Letras. Todas as demais referências, citações, indexações, preenchimento de planilhas, dentre outros, são realizadas pelo último sobrenome do titular do arquivo seguido pelo nome próprio e dos demais sobrenomes. No que se refere à concepção dos Arquivos dos Acadêmicos a ABL pauta-se através de duas divisões fundamentais, como: os documentos que compõem um fundo arquivístico e os documentos que compõem uma coleção de documentos. Por exemplo, o arquivo do acadêmico José Veríssimo é composto por “coleção” e “fundo” – este se encontra em processo de tratamento. (ABL, 2003, p. 21)

Para Heloisa Bellotto, o princípio norteador para a fixação de fundos de arquivos é o orgânico estrutural. São documentos de cada uma das unidades da primeira escala hierárquica de um dado nível administrativo que assim, venha a se constituir um fundo, onde a denominação deve coincidir com a da unidade. Com isso, o que determina o seu arranjo é, primeiramente, a estrutura organizacional, respeitando a seguir a tipologia documental aliada à função que determina. (BELLOTTO, 2003, p. 147). A referida autora, ainda especifica sua definição de fundo,

como unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade e que no arquivo permanente passam a conviver com os arquivos de outras entidades, é viável ainda tecer outras especificidades que essa acumulação é automática e organicamente construída, que se constitui de documentos produzidos, recebidos e/ou acumulados por essa entidade (ou pessoa física) no exercício das funções que lhe justificam a existência e também seu papel e lugar na sociedade; que seus documentos constituintes já ultrapassaram o valor primário, intrinsecamente ligado à razão administrativa e/ou jurídica pela qual foram produzidos e acumulados, e que foram preservados em razão do seu valor secundário, isto é, da possibilidade de servirem de prova ou testemunho para efeitos científicos, sociais, e culturais. (BELLOTTO, 2003, 148)

Já coleção da ABL é o conjunto de documentos reunidos artificialmente, por familiares e correlatos, que tratam de assuntos e /ou aspectos relativos ao acadêmico titular do arquivo. A cada uma dessas duas divisões correspondem subdivisões, denominadas série e subsérie.

Após a revitalização do setor de Arquivo, a orientação quanto à descrição arquivística deu-se pela Norma Geral internacional de Descrição. O nível de descrição preconizado pelas normas ISAD (G), é o “nível de descrição: fundo e/ou coleção”. A Norma Geral Internacional estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas, ou seja, a orientação é que devem ser utilizadas em conjunção com as normas nacionais existentes como base para a sua criação. Nesse sentido, a partir da reorganização do Arquivo a descrição seguiu os seguintes procedimentos: *Área de Identificação*; *Área de Contextualização*; *Área de Conteúdo e Estrutura*; *Área de Condições de Acesso e Uso*; *Área de Fontes Relacionadas*; *Área de Notas* e a *Área de Controle da Descrição*. A seguir detalharemos a especificação e como cada um destes campos são descritos de acordo com a organização do Arquivo da ABL.

No que se refere ao item que corresponde a “Área de Identificação” esta é composta pelos campos relacionados ao *código de referência* que identifica de forma específica a unidade de descrição estabelecendo uma relação hierárquica desta com a instituição e o país proprietário/responsável pelo arquivo por meio da sigla alfanumérica, como exemplo, “BR ABL AA AF / Academia Brasileira de Letras / Arquivo dos Acadêmicos /Arquivo Adelino Fontoura”. Em seguida do *título* que é o nome formal ou atribuído ao arquivo, a data de produção mencionado (das mais antigas e mais recente) em que os documentos foram produzidos. Em seguida o *nível de descrição*, identificando o nível de organização e de descrição do acervo, fundo, coleção e por último

para completar esse item a *dimensão e suporte* que identifica a dimensão física, lógica e o suporte da unidade de descrição. (ABL, 2003, p. 30)

O segundo campo, é a área de contextualização que tem a função de identificar o titular e sua circunstância histórica. Nesse item, contém o nome do produtor que identifica o nome da pessoa ou da organização produtora e acumuladora dos documentos da unidade de descrição. A *história administrativa / biografia*, apresenta a trajetória acadêmica e profissional do titular o arquivo. A *história arquivística* apresenta informações sobre a história da produção, recebimento e acumulação dos documentos da unidade de descrição, e a *procedência* mostra a origem da documentação. (ABL, 2003, p. 31)

O terceiro campo refere-se à *área de contexto e estrutura*, esta trata da forma, conteúdo e da organização da unidade de descrição. Além disso, completa esse campo o item relacionado ao âmbito e conteúdo que tem a finalidade de identificar períodos de tempos, localização geográfica, tipologia documental e assuntos dos documentos e sistema de arranjo, que apresenta a estrutura interna do fundo ou coleção através da classificação e da disposição dos documentos na unidade de descrição. (ABL, 2003, p. 31)

A *área de condições de acesso e uso* apresenta as possibilidades e restrições para o acesso e uso dos documentos descritos. Nessa área também está relacionada os itens para as *condições de acesso* que apresenta políticas, normas, regulamentos e procedimentos para acessar os documentos. As *condições de reprodução* especifica as formas, possibilidades, custos e restrições para a reprodução dos documentos. Na parte relacionada às *características físicas e requisitos técnicos* detalha as condições para o manuseio dos documentos, além de conter os *instrumentos de pesquisa* que identifica outros instrumentos que contenham informações e dados relativos ao contexto e ao conteúdo da unidade de descrição. (ABL, 2003, p.31).

A *área de fontes relacionadas* identifica outras fontes relacionadas à unidade de descrição. Esta contém as *unidades de descrição relacionada*, e *nota sobre publicação* identificando as publicações baseadas no estudo ou análise da unidade de descrição. Por último a *área de notas* com informações pertinentes e complementares e a *área de controle de descrição* informando sobre a metodologia e os responsáveis pelo trabalho de descrição.

Podemos concluir que nessa parte do trabalho pretendíamos demonstrar a metodologia do arquivo da ABL no que tange ao processo de descrição do arquivo dos acadêmicos enfatizando as questões relevantes desse processo. A apresentação dos debates acerca de sua aplicação, sua relação com as normas de descrição e a entrada da informatização na organização da documentação nos fornecem elementos para pensar a conjuntura do arquivo da ABL desde a revitalização e reorganização de seu arquivo e conseqüentemente, a sua metodologia aplicada no tratamento, organização e a descrição de arquivos pessoais.

4.3 – O arquivo José Veríssimo Dias Matos – o processo de descrição.

Nessa parte do trabalho será abordada a forma de descrição do arquivo do acadêmico e fundador da instituição José Veríssimo Dias de Matos. É importante salientar que, a escolha por apresentar a descrição desse arquivo, parte da experiência profissional que obtive na Academia Brasileira de Letras sendo este um dos primeiros arquivos que atuei na organização. O arquivo do acadêmico José Veríssimo já se encontrava acondicionado, higienizado e com o acesso à pesquisa e consulta presencial autorizado pela ABL. Para finalizar o tratamento foi necessário que prosseguíssemos com o processo de descrição do arquivo e incluí-lo na base de dados *Sophia Acervo*.

Antes de mencionar o processo de descrição do arquivo José Veríssimo, é importante destacar, sucintamente sobre o conteúdo da documentação, para melhor compreensão do leitor. O arquivo José Veríssimo contém documentação bastante diversificada tanto no que se refere a ordem cronológica quanto a variedade de temática que compõe o arquivo, temas estes que partem desde assuntos relacionados a sua atuação em Óbidos no Pará até relações com associações culturais no Brasil e exterior. Nesse sentido, a documentação que compõe o arquivo de José Veríssimo vai desde 1871 até 1971, ou seja, documentos que foram entregues à ABL após a morte do acadêmico que ocorreu em 1916.

Em seu arquivo, também encontramos, correspondências de seu pai, José de Matos para sua mãe Anna Flora, por exemplo, além de ter documentos

desde sua época de estudante na Escola Central, atualmente, escola Politécnica em Belém – contudo precisou interromper seus estudos por causa de problemas de saúde – e também documentos que correspondem à época em que atuou como colaborador do jornal *Liberal do Pará*, posteriormente, como fundador e dirigente da Revista Amazônica de 1883 a 1884. Dos cargos que exerceu como professor no Ginásio Nacional (atual Colégio Pedro II) dos quais foi também diretor, onde produziu grande acúmulo documental.

Há um volume significativo de documentos sobre sua ida a Europa em 1889 para participar do X Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, quando apresentou sua obra sobre o homem Marajó e a antiga civilização da Amazônia. Além disso, encontramos manuscritos do produtor relacionado à obra “Cenas da vida Amazônica”.

No que tange a sua atuação na Academia Brasileira de Letras, podemos encontrar um volume grande de documentos, como por exemplo, quando esteve na direção da Revista Brasileira até sua renúncia em 1912 por causa da eleição de Lauro Muller. Além disso, outras instituições do Brasil se fazem presente no arquivo de José Veríssimo com as quais em algum momento o acadêmico teve algum envolvimento. Assim, da documentação do arquivo de José Veríssimo correspondem sua trajetória como escritor e professor. Em seu arquivo estão presentes os documentos sobre sua viagem à Europa em 1880, em que tomando parte do Congresso Literário Internacional defendeu os escritores brasileiros.

O processo de descrição do arquivo foi auxiliado pela pesquisa biográfica do titular, além disso, foi necessário também utilizar recursos da paleografia, sendo esta importante no processo de descrição, principalmente quando havia necessidade de identificar várias assinaturas nas correspondências recebidas e enviadas para José Veríssimo. Nesse sentido, é fundamental destacar que o ponto inicial da descrição foi à pesquisa biográfica, onde permitiu a análise dos relacionamentos pessoais e de negócios do produtor, da mesma forma, como a inter-relação entre os documentos e as

atividades e funções, seguindo a metodologia do Arquivo dos Acadêmicos da ABL na realização de descrição e do plano de arranjo.⁴

O debate quanto à organização dos arquivos pessoais na teoria arquivística foi amplamente discutido. Pois os arquivos pessoais caracterizam-se como um grande desafio de organização, por todas as características informais apresentadas em sua acumulação e a pluralidade de documentos em suportes diversificados, uma vez que a teoria arquivística é, em muitos aspectos, fundamentada em arquivos orgânicos - de organizações públicas e privadas. Diante disso, a acumulação e os documentos ali encontrados têm características muito particulares, ligadas à vida do titular e, no caso de escritores ou artistas, à sua obra. (BARROS; TOGNOLI, 2011, p. 68)

Portanto, a descrição, organização e demais fases do tratamento arquivístico devem levar em conta todas as informações contextuais possíveis e, além de todas as ferramentas tradicionais que o arquivista possui, deve-se trabalhar com um elemento a mais: a produção intelectual e a vida do titular do arquivo. (BARROS; TOGNOLI, 2011, p. 68). Esse ponto é fundamental para ser levado em consideração no momento da descrição dos arquivos pessoais, ou seja, a trajetória profissional e acadêmica do produtor do arquivo.

Nesse sentido, a descrição arquivística permite que o profissional do arquivo seja inteirado da procedência, do conteúdo, do arranjo e do valor do arquivo. Para Schellenberg esses dados por ele registrados em instrumentos de busca que servem ao propósito de tornar o arquivo conhecido e que as pessoas possam vir a se interessar pelos mesmos e facilitar a pesquisa. Os elementos de busca são nesse sentido, uma forma de eliminar o elemento pessoal no trabalho de atender e de proporcionar a essa função bases seguras e metodológicas. Por meio dos instrumentos de pesquisa que prepara, compartilha com o público o conhecimento do arquivo sob sua responsabilidade. (SCHELLENBERG, 2008, p. 313)

Algumas considerações gerais devem ser levadas em conta na elaboração de um programa de descrição de arquivos privados. Esses arquivos devem ser descritos tanto coletiva quanto individualmente, e devem

⁴ O quadro de arranjo do arquivo José Veríssimo não foi finalizado. No anexo I procurei elaborar uma proposta de arranjo com base na organização e procedimento metodológico adotado pela Academia Brasileira de Letras.

proporcionar facilidade quanto ao seu uso e aqui dá-se ênfase à seleção do método de descrição, pois as diferentes coleções de papéis privados possuem distintos valores e, conseqüentemente, diferentes usos. Os documentos devem ser descritos em detalhes progressivamente maiores. O arquivista deve não somente traçar um programa de descrição que atenda às necessidades específicas de sua clientela, que torne conhecido o conteúdo e a relevância de coleções particulares e que proporcione imediato conhecimento de todas as coleções. (SCHELLENBERG, 2008, p. 317-318)

O processo de descrição do arquivo de José Veríssimo teve o objetivo de demonstrar a relevância de sua documentação para a pesquisa, e os procedimentos metodológicos que a ABL utiliza na descrição do Arquivo dos Acadêmicos posteriormente trabalhando na elaboração do Instrumento de Pesquisa, que é a publicação do Inventário de cada acadêmico. Conforme mencionado em capítulo anterior, José Veríssimo foi acadêmico atuante na Academia Brasileira, sendo um dos responsáveis pela fundação da instituição. Teve outras ocupações a frente da ABL, como por exemplo, dirigiu a *Revista Brasileira*, entre outros cargos. Seu Arquivo é composto de correspondências – compondo a maior parte de seu arquivo – recortes de jornais que contém uma caixa-arquivo e iconografia.

No processo de descrição do arquivo foram seguidos os seguintes passos: o estudo para obter conhecimento do produtor do arquivo, ou seja, conhecer o acadêmico titular, levantamento documental com o objetivo de identificar o conteúdo e a informação contida nos documentos e a elaboração de uma proposta de arranjo.

O estudo da correspondência permitiu que compreendêssemos a trajetória de vida profissional e acadêmica de José Veríssimo, sendo fundamental para auxiliar no processo de descrição de seu arquivo. As correspondências foram organizadas em série *correspondências* – sendo a subdivisão em correspondências autógrafas e recebidas, e posteriormente incluídas na base de dados *Sophia Acervo*.

A série *Hemeroteca*, com os recortes de jornal e de revista existentes no arquivo pessoal do José Veríssimo foi organizada de forma cronológica em seguindo a descrição foi feita em planilha e passada para a base de dados *Sophia Acervo*. Assim, os recortes de jornais e revistas da ABL recebem o

tratamento convencional, bem como ser microfilmados com os demais documentos do arquivo, respeitando-se a ordem do quadro de arranjo.

No que se refere ao quadro de arranjo – gráfico com o organograma do arranjo estabelecido para o arquivo inventariado – sequência de apresentação e o título de cada uma das séries, subséries e subsubséries no quadro de arranjo devem ser absolutamente idênticos aos apresentados na relação da documentação e na descrição da NOBRADE. No caso do arquivo do José Veríssimo, concluída a descrição do arquivo foi prosseguimos com a elaboração do inventário como instrumento de pesquisa, pois metodologicamente este tem a finalidade de descrever a composição do fundo, ou parte dele e ao mesmo tempo prover o arquivo de um instrumento preliminar de busca do fundo. Assim, a fim de facilitar a pesquisa e atender o usuário no que se refere ao acesso à informação, optamos pela elaboração do Inventário. Este, segundo Marilene Leite Paes, deve ser o primeiro instrumento de pesquisa a ser elaborado tanto em fundos de arquivos públicos quanto de arquivos privados. (PAES, 1997, p. 131).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões levantadas nesse trabalho basearam em identificar a metodologia aplicada pela Academia Brasileira de Letras na descrição arquivística dos arquivos pessoais, utilizando-se como estudo de caso a descrição do arquivo do acadêmico e um dos fundadores da instituição, José Veríssimo Dias de Matos, pois este participou intensamente da vida cultural, política e intelectual do país. Identificando, dessa forma, o impacto da descrição na organização dos documentos pessoais sob a guarda da ABL, e perceber a contribuição da descrição arquivística para os instrumentos de pesquisas da instituição.

A relevância do estudo realizado deu-se para demonstrar a complexidade da organização dos arquivos pessoais e destacar que seu estudo é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa na Arquivologia, aprimorando seu quadro teórico e metodológico. Além disso, temos conhecimento que os arquivos pessoais por muito tempo não foram foco das discussões arquivísticas, estes foram utilizados como objetos de pesquisas para outras áreas das ciências sociais, como por exemplo, para a História, a Antropologia, entre outras. Porém, com a necessidade dos arquivistas em reverem suas práticas na organização desse acervo, foi fundamental que pesquisas fossem desenvolvidas para contribuir nos aspectos metodológicos para a nossa área de formação.

A sua importância dos arquivos pessoais deu-se após a Segunda Guerra Mundial incentivada, nesse sentido pelos historiadores. Até recentemente, inclusive em âmbito internacional só se atribuía o estatuto de arquivo a um conjunto de documentos de natureza pública, que tivessem sido produzidos e acumulados por instituições públicas, e na maioria das vezes a documentação pessoal, ou não era reconhecida como um arquivo, ou era considerado um arquivo de “menor valor”. Dessa forma, a elaboração desse trabalho teve como objetivo, em um primeiro momento em contribuir para as discussões em torno dessa temática que nos últimos anos têm sido objeto de várias pesquisas na Arquivologia nos mais variados Programas de Pós-Graduação no país.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Metodologia arquivística do arquivo dos acadêmicos. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Arquivo dos Acadêmicos: Guia Geral/coordenação de Sérgio Conde de Albite Silva. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. *Ponto de Acesso*. Salvador, v. 2, n. 3, p. 14-29, dez. 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de Arranjo e descrição de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

ARAÚJO, Sonia Maria da Silva. Memória contra o apagamento: as relações que José Veríssimo fazia sobre raça e educação e que nos ajudam a compreender as políticas afirmativas de hoje. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, Aracaju. O ensino e a pesquisa em história da educação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2008. v. 1.

BARROS, Thiago Henrique Bragato; TOGNOLI, Natália Bolfarini. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. *Ponto de Acesso (UFBA)*, v. 5, p. 66-84, 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook*.

BEYEA, Marion. A favor de Normas para a Prática Arquivística. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/ 2. p. 31-38. 2007.

Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. *Archival Science*, v.2, n.1-2, p.1-19, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. Arquivos pessoais, desafios e encantos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 22-25, 2009.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 17-31, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, AAB, V. 7, nº 2. Jul. /Dez. 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Arquivos Pessoais são arquivos*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p.26-39, jul. / dez. 2009.

COSTA, Mariane Brito de. A importância da Educação Física na Educação Nacional de José Veríssimo. *Revista Temas em Educação Física Escolar*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, jan./jun. 2017, p. 70-93.

CUNNINGHAM, Adrian. O poder da proveniência na Descrição Arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). *Acervo. Normas e terminologia em Arquivo*, v. 20, n. 1-2, jan./dez. 2007.

FOX, Michael. Por que Precisamos de Normas. *Acervo. Normas e terminologia em arquivos*. v. 20, n.1-2 (jan./dez.2007). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

JARDIM, José Maria. *A Pesquisa em Arquivologia: um Cenário em construção*. In: Estudos avançados em Arquivologia. Marta. Lígia Pomim Valentim (org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica. 2012. 318 p.

LEÃO, Flávia Carneiro. *A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)*. Dissertação de mestrado (Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, 2006.

LOPES, André P. Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: AESP/IMESP, 2002.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. *Descrição e Pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, Maria do Socorro dos Santos. *A memória dos imortais no Arquivo da Academia Brasileira de Letras*, 2009. 110 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado) – Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

NEVES, Fernão. *A Academia Brasileira de Letras: notas e documentos a sua história (1896-1940)*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1940.

RUTTIMANN, Ana Maria. *Informação e memória: Atas da Academia Brasileira de Letras 1920 e 1921*, 2015. 93 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado) Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

SOUZA, Juliana Amorim de. *Roquete-Pinto imortal: constituição, tratamento e usos do arquivo Roquete-Pinto na Academia Brasileira de Letras*, 2015. 125 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado) – Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

TOGNOLI, Natália. *A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea*. Dissertação de mestrado (Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista, 2010.

ANEXO

PROPOSTA DE ARRANJO – ARQUIVO: JOSÉ VERÍSSIMO DIAS
MATTOS